

Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 06 | **Ladislau Dowbor:** Catástrofe em câmara lenta. Voltar ao bom senso, eis o desafio!

PÁGINA 08 | **Ignacy Sachs:** Biocivilização: o potencial brasileiro

PÁGINA 11 | **Heitor Costa:** Plantar para quê e para quem?

PÁGINA 15 | **Antônio Thomaz Jr.:** Armadilhas da fome e a geração de lucros para o mercado

PÁGINA 18 | **Celso Marcatto:** Não basta produzir mais alimentos. É preciso mudar o modo de distribuição

PÁGINA 21 | **Peter Rosset:** Agroecologia: a solução para as mazelas do mundo

PÁGINA 23 | **José Goldemberg:** Biombustíveis não prejudicam a produção de alimentos

B. Destaques da semana

» Brasil em Foco

PÁGINA 27 | **Mario Menezes:** Na agenda do governo, a questão ambiental nem de longe é uma prioridade

» Invenção

PÁGINA 30 | **Marco Lucchesi**

» Análise de Conjuntura

PÁGINA 33 | **Destaques On-Line**

C. IHU em Revista

» Agenda de Eventos

PÁGINA 37 | **Maria de Fátima Bueno Fischer:** O limite entre a razão e a loucura: uma reflexão sobre o mundo de Estímira

» Perfil Popular

PÁGINA 40 | **Vera Regina dos Santos**

» IHU Repórter

PÁGINA 42 | **Marcelo Garcia dos Santos**



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

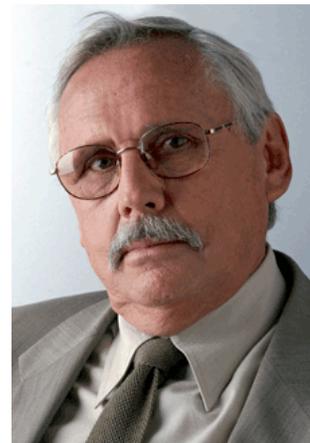
Catástrofe em câmara lenta. Voltar ao bom senso, eis o desafio!

Produções energéticas e alimentares precisam estar associadas à pequena e média agricultura. Essa pode ser a saída para o reequilíbrio social, aconselha Ladislau Dowbor

POR PATRICIA FACHIN

A humanidade caminha para uma “catástrofe em câmara lenta”, e as aventuras especulativas com os alimentos, a má distribuição alimentícia, o consumo irracional e o mau manejo da água contribuem para acelerar os problemas da fome no mundo contemporâneo. Essa posição é defendida por Ladislau Dowbor, economista e professor do PPG em Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, o pesquisador apresenta diferenças entre as propostas de biocombustíveis apresentadas pelos EUA e o Brasil. Argumenta que, no caso dos brasileiros, seja possível investir em biocombustível sem prejudicar as safras alimentícias. Entretanto, ressalta, “corremos o risco de que a busca de alternativas energéticas gere no Brasil um novo ciclo agroexportador que trará dólares e riqueza para poucos”. Associar a produção energética e a produção alimentar à pequena e média agricultura, alerta, “pode dar um novo reequilíbrio social ao meio rural”.

Dowbor é formado em Economia Política, pela Universidade de Lausanne, Suíça, e doutor em Ciências Econômicas, pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Polônia. Confira na página pessoal do pesquisador <http://dowbor.org> artigos e publicações.



Divulgação

IHU On-Line - O senhor afirmou, em outra entrevista concedida à IHU On-Line, que não há insuficiência de produção de alimentos e sim mau uso desses alimentos e má distribuição. É a isso que o senhor atribui a crise de alimentos no mundo?

Ladislau Dowbor - Temos 6,7 bilhões de habitantes, e produzimos mais de 2 bilhões de toneladas de grãos, o que significa que produzimos quase um quilo de grãos por pessoa e por dia no Planeta, amplamente suficiente para alimentar a todos. Há diversos processos que estão convergindo para criar dificuldades, alguns de curto prazo, outros mais estruturais. De imediato, a crise financeira provocada pelas aventuras especulativas dos investidores institucionais (norte-americanos em particular) está desviando fundos anteriormente aplicados na área especulativa imobiliária para aplicações

consideradas mais seguras, e para os especuladores investir no mercado de futuros de grãos parece seguro. Ou seja, já se está especulando com os alimentos, e a alocação de fundos especulativos nesta área eleva os preços. Um movimento mais amplo e de fundo está puxando grãos alocados para alimentação para a produção de biocombustíveis, movimento particularmente forte nos Estados Unidos, que utilizam milho para este fim, o que, além de antieconômico (o balanço energético do biocombustível de milho não é interessante), puxou para cima os preços. A especulação se realimenta neste processo, prevendo que haverá falta de grãos, e aprofundando esta falta ao apostar na alta de preços. A alta de preços dificulta o acesso à comida por parte dos mais pobres, cerca de 800 milhões de pessoas no mundo que não comem o suficiente.

Consumo asiático

Convergem ainda para este problema as pressões sobre o mercado de alimentos que resulta do aumento de consumo na Ásia, em particular na China, onde boa parte da população está passando de consumo direto de grãos para consumo mais sofisticado (grãos que alimentam galinhas ou porcos, por exemplo), o que desvia grãos para alimentação animal. Em outros termos, há uma crescente demanda sobre os alimentos no Planeta. O mundo tem 75 milhões de habitantes a mais a cada ano, na maioria pobres. A pressão sobre os preços gera mais pobres, não por falta de alimento, mas por este se tornar objeto de especulação e de consumo irracional.

Outra linha de preocupação resulta do mau manejo de água. Na visão de Lester Brown,¹ há uma crescente

preocupação com o esgotamento de lençóis freáticos, pois as modernas tecnologias permitem extrair água em grandes volumes, muito mais rápido do que a capacidade de reposição por águas de chuva. A longo prazo, o problema pode ser dramaticamente agravado pelo derretimento dos gelos na Ásia Central, onde as grandes cadeias de montanhas, com suas geleiras, constituem as principais bases de alimentação dos grandes rios, ameaçando a civilização do arroz. Assim, os problemas convergem, e o mercado não consegue regular o processo; pelo contrário, tende a agravar os desequilíbrios.

IHU On-Line - Essa crise pode gerar outras? Em que intensidade?

Ladislau Dowbor - Há cientistas que falam em “slow motion catastrophe”, catástrofe em câmara lenta. Esta visão fica bem explícita no documento IAAS-TD (International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development),² que acabou de ser aprovado em Johannesburgo no dia 15 de abril, resultado de três anos de pesquisa de centenas de especialistas em agricultura no mundo, com participação dos principais centros de pesquisa acadêmicos e empresariais, além das organizações internacionais como o Banco Mundial. As conclusões são de que a simples expansão da monocultura extensiva, com quimização e irrigação em grande escala, está nos levando a impasses estruturais. É o modelo que está desequilibrado, ao destruir as bases da agricultura familiar que ainda ocupa a metade da população mundial. Sementes caras e monopolizadas, circuitos comerciais cartelizados, tecnologias pesadas desenvolvidas apenas para monocultura de grande escala, esterilização dos solos por excessiva quimização, esgotamento dos aquíferos, todas estas tendências são hoje apresentadas na

¹ Lester Brown é fundador do Worldwatch Institute e presidente do Hearth Policy Institute. Confira duas entrevistas com ele, publicadas nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU em 11-12-2007 (“Não há mais tempo”) e em 2-7-2007 (“Biocombustíveis são a maior ameaça à diversidade na Terra”). (Nota da IHU On-Line)

² O material está disponível no endereço eletrônico http://www.agassessment.org/docs/SR_Exec_Sum_130408_Final.pdf. (Nota da IHU On-Line)

“É o modelo que está desequilibrado, ao destruir as bases da agricultura familiar que ainda ocupa a metade da população mundial”

sua dimensão de círculo vicioso desestruturador. As propostas do documento vão no sentido do bom senso, de se apoiar a agricultura familiar e as estruturas sociais de sobrevivência rural, além da revalorização das tecnologias inovadoras que possam ser articuladas com processos tradicionais.

IHU On-Line - Por que o Planeta começa a apresentar sinais de caos no que se refere a questões sociais e ambientais? Essas estão interligadas?

Ladislau Dowbor - O Planeta, hoje, reconhece apenas um mecanismo regulador, o mercado. Este deixou de ser fluido, torna-se cada vez mais viscoso à medida em que poucos grupos mundiais controlam gargalos do processo, como, por exemplo, o acesso a sementes, e agem de forma pró-cíclica nos preços ao negociarem gigantescos volumes. O balanço energético deste tipo de agricultura é irracional (*energy-in/energy-out*). Quando os grandes produtores de um país vem os preços subirem no mercado internacional, passam a se desinteressar das necessidades alimentares da própria população. O sistema irá precisar recorrer a mecanismos que são conhecidos, mas foram desestruturados pelos grandes grupos, e que consistem essencialmente em planejar e organizar a segurança alimentar como prioridade planetária.

IHU On-Line - É possível conciliar a plantação de commodities para produzir biocombustíveis e, ao mesmo

tempo, garantir o consumo seguro de alimentos? Como conciliar essas duas posições?

Ladislau Dowbor - No Brasil, tal problema não se coloca. As opções brasileiras residem essencialmente na cana-de-açúcar, a qual apresenta um balanço energético muito favorável e uma ocupação da terra perfeitamente sustentável. O Brasil possui, hoje, a maior reserva de terra parada do Planeta, e imensas reservas de água. Grupos internacionais já estão comprando grandes extensões de terras no cerrado, preparando-se para a especulação com a escassez. Um controle nesta área seria razoável. Mas a cana tem como evoluir no próprio Sudeste, ocupando áreas subaproveitadas, hoje ocupadas pela pecuária extensiva que constitui essencialmente um gigantesco subaproveitamento de terras. A tensão no Brasil entre o biocombustível, e o alimento é perfeitamente manejável mas corremos o risco de que a busca de alternativas energética gere no Brasil um novo ciclo agroexportador que trará dólares e riqueza para poucos. Associar a produção energética e a produção alimentar, baseando-se na pequena e média agricultura, pode dar um fôlego novo ao reequilíbrio social que o mundo rural brasileiro tanto precisa.

IHU On-Line - Por que há tantos conflitos entre a produção de alimentos e de energia?

Ladislau Dowbor - A origem deve-se a uma política errada nos Estados Unidos. A longo prazo, precisamos pensar que tanto os EUA como a Europa estão definindo a obrigatoriedade de mistura de biocombustíveis em proporções crescentes com os combustíveis à base de petróleo, e a pressão deverá continuar. Entre a demanda dos proprietários de carros no mundo e a demanda dos pobres que querem comer, não tenho dúvida quanto a quem terá maior força de pressão.

IHU On-Line - O Brasil pode contribuir para a redução do preço de alimentos no mundo, tendo em vista todos seus recursos naturais? Qual é a importância econômica e social do país nesse contexto?

Ladislau Dowbor - O Brasil tem terra, água, tecnologia, capacidade de organização. Tem escala para influir, mas não para decidir.

IHU On-Line - De que outras maneiras a energia limpa pode ser produzida sem comprometer os alimentos e gerar uma possível escassez de comida no mundo?

Ladislau Dowbor - Cada fonte deve ser estudada de maneira integrada. A soja gera apenas um emprego em 200 hectares, o óleo de palma é mais produtivo e gera um emprego em 10. Para cada opção, precisamos levar em conta o balanço energético, as exigências de água, a geração de emprego, os impactos ambientais, e o impacto sobre a organização social de cada região. No Brasil, para equilibrar as tensões, criamos um Ministério da Agricultura, que olha basicamente o agronegócio, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que lida com a massa dos produtores de alimentos para o mercado interno. A agricultura não é apenas um mecanismo econômico de insumo-produto, mas uma base de vida e de organização social. As pessoas esquecem que 17 milhões de pessoas trabalham na agricultura brasileira, enquanto a totalidade dos empregos industriais é de 13 milhões. Quem trabalha no campo mora no campo, precisa de meio social, comunicação, transporte, redes de apoio (crédito, energia, tecnologia, formação, comunicação, comercialização, estocagem etc.). A simples expansão da monocultura apenas expulsa as pessoas do campo, gerando novos dramas nas periferias urbanas. O Brasil é muito grande e diferenciado. É importante desenvolver políticas locais integradas coerentes com o contexto de os recursos disponíveis.

LEIA MAIS...

>> Dowbor já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. Elas estão disponíveis no sítio do IHU www.unisinos.br/ihu.

Entrevistas:

A inclusão produtiva como alternativa para o Brasil, de 08-07-2006

A lógica do sistema é simplesmente insustentável ambientalmente, de 15-04-2007

Biocivilização: o potencial brasileiro

A crise alimentar “está indissoluvelmente ligada à questão social”, adverte Ignacy Sachs, professor emérito da École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris

POR PATRICIA FACHIN

Defensor da biocivilização, o economista Ignacy Sachs diz que esse processo apresenta uma solução para os dilemas da humanidade. No entanto, ele alerta: “Não é possível discutir o problema da insegurança alimentar e da segurança energética a partir da biomassa, sem recolocar no centro do debate a questão de um novo ciclo de desenvolvimento rural”.

Em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, na última semana, Sachs anuncia que estamos nos “encaminhando para a segunda geração dos biocombustíveis com o etanol dito celulósico”. Esse novo biocombustível, explica, irá “aproveitar todos os resíduos vegetais e florestais e irá produzir álcool através da celulose e de espécies arbóreas de crescimento rápido”.

Esse plantio pode favorecer o desenvolvimento econômico dos países tropicais, já que eles “têm uma vantagem natural para produzir mais rapidamente um número elevado de biomassa do que os países de clima temperado”. Nesse contexto, projeta, abre-se uma “chance histórica para o Brasil”, que “tem condições de liderar esse processo de construção da biocivilização moderna”. Questionado sobre os possíveis impactos da ampliação das monoculturas de eucalipto, principalmente no que se refere aos embates pela distribuição de terra, Sachs diz que o projeto deve respeitar três princípios básicos: desenvolvimento ético, condicionantes ecológicos e a criação de um Estado pró-ativo que auxilie no regulamento do mercado.

Ignacy Sachs é formado em Economia, pela Faculdade de Ciências Econômicas e Políticas do Rio de Janeiro, atual Universidade Cândido Mendes. Fundou o Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo, do qual é codiretor. Criador do conceito de ecodesenvolvimento, Sachs trabalhou na Primeira Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, em 1972, e mais tarde, em 1992, como conselheiro especial da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. De suas obras, destacamos *Rumo à ecossocioeconomia – Teoria e prática do desenvolvimento* (São Paulo: Cortez, 2007).

DIVULGAÇÃO



IHU On-Line - A que o senhor atribui a crise alimentícia mundial? Por que em pleno século XXI a humanidade ainda enfrenta o problema da fome?

Ignacy Sachs - A crise alimentar não se deve ao déficit da produção de alimentos, e, sim, essencialmente, ao fato de que uma grande parcela da humanidade não tem poder aquisitivo para comprar comida. Ou seja, a questão alimentar está indissolúvelmente ligada à questão social. Portanto, se queremos resolver a crise alimentar, precisamos colocar no centro do debate a questão social e discutir com que modelo vamos produzir mais biocombustíveis e mais alimentos. Para isso, precisamos revisar drasticamente o posicionamento defendido no século XX, de que o futuro está na industrialização e urbanização.

IHU On-Line - O senhor sugere a criação de uma biocivilização moderna. Em que consiste essa proposta? Como ela pode combater os problemas ambientais, sociais e econômicos?

Ignacy Sachs - Do ponto de vista ambiental, a biocivilização é muito mais benigna do que a utilização das energias fósseis. Portanto, não há dúvida de que ela permite afastar a ameaça de mudanças climáticas irreversíveis. Entretanto, a questão é: como, dentro dessa visão de estratégia para o futuro, poderemos assegurar certos equilíbrios? O debate atual versa sobre a necessidade de privilegiar a produção de biocombustíveis. Então, questiono se a busca de uma nova segurança energética poderá prejudicar um objetivo socialmente mais importante, que é a segurança alimentar.

Como sabemos, não existem condições de levar toda a população do mundo para a cidade. Por isso, não é possível discutir esse problema da insegurança alimentar e da segurança energética a partir da biomassa sem recolocar no centro do debate a questão de um novo ciclo de desenvolvimento rural. Este pode ser um desenvolvimento rural socialmente negativo, se permitirmos que as lavouras progridam unicamente pelo caminho de uma agricultura sem homens e altamente mecanizada. Ou, podemos, ao contrário, afirmar que

a biocivilização oferece uma oportunidade extremamente interessante para tomarmos o rumo de um desenvolvimento rural virtuoso, baseado na agricultura familiar, que gera muito mais oportunidades de emprego e renda para as populações rurais.

Muitos ambientalistas defendem a retórica de que as piores energias não comprometem o objetivo da segurança alimentar. Entretanto, nesse caso, é necessário levar outros aspectos em consideração. É preciso prever o aumento da população mundial que, em meados desse século, chegará a 9 bilhões de pessoas. Além disso, deve-

“A crise alimentar não se deve ao déficit da produção de alimentos, e, sim, essencialmente, ao fato de que uma grande parcela da humanidade não tem poder aquisitivo para comprar comida”

se levar em conta o fato de que uma parcela importante da humanidade vai dormir com fome. Portanto, os regimes alimentares devem melhorar. Se deixarmos as coisas acontecerem pela força do mercado, corremos um sério perigo de ver os interesses dos donos de automóveis predominarem sobre o problema dos estômagos vazios, e de partirmos, conseqüentemente, para uma crise alimentar drástica.

IHU On-Line - Como os biocombustíveis podem contribuir para tirar os países da insegurança alimentar e

energética?

Ignacy Sachs - A produção de biocombustíveis deve andar de mãos dadas com a produção de alimentos. Não temos de pensar mais em cadeias de produção justapostas, e sim em sistemas integrados de produção de alimento e energia adaptados aos diferentes biomas. Um exemplo: quando se produz óleo vegetal para biodiesel, conseqüentemente é produzido um volume considerável de tortas (derivadas da extração de óleo). Se essas tortas forem bem aproveitadas para a ração animal, pode-se transformar uma pecuária extensiva que ocupa muitos pastos numa pecuária semi-intensiva. Então, essa área livre pode servir à produção de alimentos. Além disso, é importante incentivar o cultivo de plantas que podem servir para a extração de biocombustíveis e crescem em áreas degradadas, impróprias para o cultivo de alimentos.

Estamos às vésperas de uma grande revolução tecnológica, ou seja, nos encaminhamos para a segunda geração dos biocombustíveis com o etanol dito celulósico. Esse novo biocombustível irá aproveitar todos os resíduos vegetais e florestais e irá produzir álcool através da celulose e de espécies arbóreas de crescimento rápido.

Seguridade alimentar e energia limpa: um projeto em construção

Se avaliarmos tudo isso, chegamos à conclusão de que há condições para avançar simultaneamente no sentido de atender aos requisitos da segurança alimentar e energética, privilegiando uma nova geração de biocombustíveis. Agora, essa visão é particularmente interessante para os países tropicais, que têm uma vantagem natural para produzir mais rapidamente um número elevado de biomassa do que os países de clima temperado. Nesse ponto, se abre a chance histórica para um país como o Brasil. Os brasileiros têm condições de liderar o processo de construção da biocivilização moderna, respeitando esses condicionantes sociais que eu enumerei, e valendo-se do fato de que o sol aqui é, e sempre será, nosso. Porém, não se deve ficar só nessa prerrogativa natural. Deve-se potencializar esse benefício atra-

vés da pesquisa e da busca de formas apropriadas de organização social do processo produtivo. Este é o desafio e a tarefa para os jovens do Brasil.

IHU On-Line - E o Brasil deve investir na exportação de biocombustíveis? Alguns ambientalistas criticam as exportações justamente porque os produtores, ao invés de plantar em áreas degradadas, tentarão investir em terras nobres, visando um lucro muito maior, agravando as crises ambiental, econômica e social. Como o senhor percebe esse embate?

Ignacy Sachs - Não é possível discutir os problemas nesse nível de generalização. Precisamos cuidar para tratar do meio ambiente como algo não separado do problema social. O desenvolvimento sustentável deve ser, ao mesmo tempo, um desenvolvimento incluyente. O ponto de partida desse debate deve ser formado pelo seguinte tripé: os objetivos de desenvolvimento são sempre sociais e éticos ou, pelo menos, deveriam ser; existem condicionantes ecológicas que devem ser explicitadas e respeitadas, sendo que, para que as coisas aconteçam, é preciso dar lhes uma viabilidade econômica, porque não adianta lançar idéias bonitas no ar, se elas não se materializam; e, finalmente, a criação de um Estado pró-ativo que regule o mercado.

Sabemos que o mercado é míope e que, nesse processo de exportação de biocombustíveis, não irá considerar questões ambientais e sociais a longo prazo, na medida em que funciona de maneira a externalizar, sempre que possível, os custos para aumentar os lucros. Portanto, se ele não for obrigado, através de uma regulação do seu funcionamento, a levar em conta as dimensões sociais e ambientais, continuará no caminho de externalização dos custos sociais e ambientais do processo de produção.

IHU On-Line - Estamos realmente saindo de um modelo energético insustentável para ingressar num modelo sustentável?

Ignacy Sachs - Já passamos por duas grandes transições na história. A primeira ocorreu quando a nossa espécie

“A biocivilização oferece uma oportunidade extremamente interessante para tomarmos o rumo de um desenvolvimento rural virtuoso, baseado na agricultura familiar, que gera muito mais oportunidades de emprego e renda para as populações rurais”

passou da caça para a agricultura e pecuária. Depois, aconteceu a segunda grande mudança, no fim do século XVII: a transição para as energias fósseis, abundantes e baratas. Essa transição está na base das revoluções industriais que aumentaram de uma maneira extraordinária. Se, por um lado, a variedade de coisas que estamos produzindo deu lugar a um progresso técnico enorme, por outro, ela vem causando uma emissão cada vez maior de gases de efeito estufa, colocando na agenda o problema da mudança climática. É verdade que estamos no começo de uma saída que levará décadas para acontecer. Nesse novo cenário, vamos outra vez depender, e cada vez mais, da energia solar captada pelo processo de fotossíntese, que era a principal energia da humanidade, antes da revolução da energia fóssil. Contudo, não estou dizendo que iremos regressar. Ao contrário, hoje já sabemos usar melhor a biomassa. Ela é utilizada como ração animal, adubo verde, material de construção, bioenergia, ou seja, é matéria-prima de toda uma química verde. Por isso, devemos falar em biorefinaria como uma analogia à refinaria do petróleo. E é isso que chamo de biocivilização moderna.

Quando falamos em substituição de energia fóssil, estamos tratando daquela que provoca emissão de gases estufa, ou seja, petróleo, gás e, sobretudo, as formas atuais da queima de carvão. Nesse contexto, também en-

frentamos o problema dos biocombustíveis líquidos, como etanol, biodiesel e biogás, que pode ser produzido em biodigestores, a partir do esterco animal ou dos resíduos orgânicos da cidade, e o problema do carvão vegetal, que requer uma discussão aprimorada, pois a maneira como ele vem sendo produzido, através do corte da lenha, é extremamente predatória, na medida em que consiste na destruição das matas nativas. Outro agravante é a maneira como esse produto é queimado, dentro de um ambiente fechado como a casa: ele produz fumaça e gases poluidores, tendo efeitos muito negativos sobre a saúde. Devemos, então, o mais urgente possível, eliminar essa forma de produção de carvão. Mas, ao mesmo tempo, abre-se a possibilidade de se produzir um carvão vegetal a partir de biomassas plantadas e replantadas. Portanto, não há necessidade de mexer com a mata nativa. Com essas alternativas propostas a partir da biomassa, a humanidade se encaminha para mais um período de transição. Surge, assim, uma nova geração de tecnologias de produção que classifico como carvão vegetal verde.

IHU On-Line - Em que medida o modo de consumo da população contribui para o agravamento dessas duas crises (alimentícia e energética)? Como mudar o estilo de vida das pessoas se a indústria automobilística, por exemplo, fomenta a necessidade de cada indivíduo ter seu próprio automóvel?

Ignacy Sachs - Eu não tenho uma solução. Apenas digo que o consumo excessivo de energia, que caracteriza as civilizações modernas, está ligado ao fato de que a mobilidade é considerada um bem. Com o pretexto da globalização, produtos circulam através do mundo, enquanto poderiam ser produzidos próximos ao lugar do consumo. Além disso, temos um sistema de transporte centrado no automóvel,¹ de uma ineficiência energética enorme, se comparado a outros sistemas de transporte coletivo. Esse é o tema mais importante e difícil do debate. Contudo, insisto, não será da noite para o dia que encontraremos soluções para mudar o paradigma da mudança energética!

Desperdícios que podem ser evitados

Se observarmos qual a parte da energia que finalmente chega à roda do automóvel, percebemos que há um gasto enorme no processo da produção/distribuição. No que se refere ao automóvel, um pesquisador chamado Amory Lovins² insiste que, ao invés de produzirmos carros de aço, devemos fazer veículos ultraleves, com materiais modernos como fibras de vidro. Com essa matéria-prima, o peso do automóvel seria reduzido à metade. O consumo, nesse sentido, também diminuiria, porque grande parte da energia que o automóvel consome é para carregar a si mesmo. Para um passageiro que pesa 70kg se deslocar, por exemplo, é necessário deslocar mais uma tonelada de aço. Portanto, há uma série de mudanças que podem ser pensadas.

¹ Leia a revista IHU On-Line número 116, de 21-09-2004, intitulada *Na cidade sem meu carro*. No sítio do IHU, há uma infinidade de artigos e entrevistas sobre o tema. Entre os mais recentes, citamos o artigo "Sob o império do automóvel, súdito do deus Circulação", de Benedito Lima de Toledo, publicado em 24-02-2008. (Nota da IHU On-Line)

² Amory Lovins: físico do Instituto Rocky Mountain. É considerado um dos mais importantes cientistas independentes dos Estados Unidos, além de consultor de governos, empresas e organizações não-governamentais. Desenvolveu há quase 20 anos o hiper carro, um veículo seis vezes mais eficiente que deve ser produzido em série nos próximos anos. Publicou, em 1999, o livro *Capitalismo natural*, junto com Paul Hawken e Hunter Lovins. (Nota da IHU On-Line)

Plantar para quê e para quem?

“Qual é o padrão de desenvolvimento e de consumo a sociedade brasileira deseja?”, pergunta Heitor Costa

POR PATRICIA FACHIN

“N ão haverá soberania e segurança alimentar, se os agricultores familiares não tiverem terra para trabalhar e produzir alimentos em qualidade e quantidade suficientes para toda a nossa sociedade”, afirma Heitor Costa, professor da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE). Defensor da Agroecologia, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, o pesquisador revela que a expansão da cana-de-açúcar está avançando “sobre áreas onde se cultivavam gêneros alimentícios”. Se não bastasse, reitera, a obsessão pela produção de biocombustíveis está colocando em “risco a integridade de importantes biomas, como a Amazônia, o Pantanal e a Caatinga”. Segundo ele, o Cerrado é o bioma mais ameaçado pelos monocultivos e também o que apresenta “melhores condições climáticas, irrigação e topografia”. Entretanto, de sua área total, 39% já está desmatada.

Costa é graduado em Física pelo Instituto de Física Gleb Wattaghin da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mestre em Energia Solar, pelo Instituto de Energia Nuclear da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e doutor em Energia, pela Commissariat à l'Énergie Atomique -CEA, Centre d'Études de Cadarache et Laboratoire de Photoelectricité – Faculté des Sciences et Techniques de Saint-Jérôme/Université d'Aix-Marseille III, França. Atualmente, coordena os projetos da ONG Centro de Estudos e Projetos Naper Solar e o Núcleo de Apoio a Projetos de Energias Renováveis – NAPER da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

IHU On-Line - O senhor disse, em outra entrevista concedida a nossa revista (Edição nº 236, 17-09-2007), que um modelo de desenvolvimento sustentável só será possível a partir de transformações nos modelos de produção e de consumo da sociedade. Que mudanças são cabíveis e necessárias para resolver os problemas de abastecimento de alimentos no mundo, uma vez que a produção de alimentos aumenta e o consumo também? Como explicar esse fenômeno?

Heitor Costa - Muitos acreditam e manifestam a crença de que o mercado pode ser o responsável pela implantação da filosofia do desen-

volvimento sustentável. Acreditam que, com o decorrer do tempo e com o surgimento de novas tecnologias, os problemas ambientais possam ser sanados e superados, resultando numa melhoria do bem-estar social ou mesmo na diminuição das desigualdades sociais. O fato é que o desenvolvimento sustentável não pode ser tratado apenas como uma questão restrita a políticas ambientais e tecnológicas. Os problemas da desigualdade social e do modo de produção atual são os obstáculos para se alcançar uma forma de desenvolvimento capaz de preservar o meio ambiente e, ainda assim, proporcionar melhores condições de

vida as pessoas excluídas do sistema de trabalho.

Segundo indicação da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), o mundo produz 30% mais alimentos do que necessita. Esse alimento, porém não é acessível para os que têm fome. Não adianta, portanto, produzir mais alimentos para suprir aos famintos, pois estes não têm meios para adquiri-los devido a um modelo social e econômico opressor, excludente e desigual.

Creio que exista um debate equivocado sobre a questão dos impactos da ampliação da “plantação de energia” versus a produção de alimentos, como se a fome e a miséria fossem decorrentes da falta de alimentos e ocupação das áreas de produção de alimentos pelas energias vegetais. A resposta à crise de segurança alimentar é mais agricultura familiar, mais política pública, mais reforma agrária, mais desenvolvimento rural. É necessário afirmar um novo modelo de produção para o século XXI, um modelo agroecológico e socialmente incluyente. Nesse modelo, não há espaço para a monocultura, o latifúndio, o livre mercado e os modelos insustentáveis de produção. Não haverá soberania e segurança alimentar, se os agricultores familiares não tiverem terra para trabalhar e produzir alimentos em qualidade e quantidade suficientes para toda a nossa sociedade.

IHU On-Line - Para que haja mudança no atual padrão de produção/consumo, torna-se necessário uma transformação no modelo de desenvolvimento. Levando esses aspectos em consideração, o que o senhor diria da produção brasileira de biocombustíveis e a preocupação do governo em investir nessa área? Esse desenvolvimento nos levará aonde?

Heitor Costa - Com base no modelo do agronegócio, que destina grandes extensões de terra para a monocultura, procura-se transformar o Brasil em grande exportador de combustíveis líquidos, com o apoio e ganância de grandes grupos econômicos e fundos de investimentos. O que se verifica, hoje, é a compra de terras por estrangeiros (japoneses, chineses, americanos, franceses, holandeses e ingleses)

“Os problemas da desigualdade social e do modo de produção atual são os obstáculos para se alcançar uma forma de desenvolvimento capaz de preservar o meio ambiente e, ainda assim, proporcionar melhores condições de vida as pessoas excluídas do sistema de trabalho”

que estão aportando no país, comprando usinas e formando um estoque de terras que rende uma valorização acelerada, na linha da especulação típica das zonas urbanas.

Em particular, a expansão da cana-de-açúcar no país para produção de etanol também está avançando sobre áreas onde se cultivavam gêneros alimentícios, além de colocar em risco a integridade de importantes biomas, como a Amazônia, o Pantanal e a Catinga. Até agora, não foi feito nenhum estudo aprofundado sobre as consequências e impactos da expansão das lavouras de cana e de plantas oleaginosas. Este modelo de expansão da produção de agrocombustíveis coloca em risco a soberania alimentar e pode agravar profundamente o problema da fome no Brasil e no mundo, com efeitos perversos para a população mais pobre.

Sem abandonar estas fontes de riqueza para o país, afirmamos que o modelo agrícola deveria estar baseado na agroecologia, no zoneamento agrícola e na diversificação da produção. Ele deve ser orientado por um sentido de desenvolvimento que fortalecesse a agricultura familiar e o desenvolvimento regional, e não pela lógica de querer, acima de tudo, transformar o Brasil em um grande exportador de combustíveis. Assim, a questão crucial não deve ser plantar isto ou aquilo, mas sim “plantar para quem e para quem?”. Essas questões, por sua vez, devem estar subordinadas a uma pergunta mais geral: qual padrão de desenvolvimento e de consumo a sociedade brasileira deseja? A produção de agrocombustíveis, como etanol e biodiesel, só faz sentido se melhorar a qualidade de vida do povo. Não é

difícil imaginar os motivos do apetite internacional pelo etanol e biodiesel brasileiro. Resta saber se nos âmbitos público e privado saberemos usar esse potencial de forma criativa e estratégica. Caso contrário, uma vez mais, irá prevalecer a lógica do imediatismo, que gera lucros exorbitantes para poucos no início, para depois deixar a conta para a sociedade.

IHU On-Line - Qual é o propósito do Brasil em investir em biocombustíveis? O que o país ganha ao se transformar num grande exportador de combustíveis líquidos?

Heitor Costa - Na lógica atual de produção dos agrocombustíveis, o que está em curso é uma grande aliança entre três tipos de capitais transnacionais: as empresas petrolíferas, que desejam diminuir a dependência do petróleo, as automobilísticas, que desejam seguir com esse padrão de transporte individual para obter lucro, e as empresas do agronegócio, como Cargill¹ e Monsanto,² que desejam continuar

¹ A Cargill é uma empresa estadunidense com sede no estado de Minnesota, cuja atividade é a produção e o processamento de alimentos. Com a pulverização de capital da empresa FIAT (dos irmãos AGNELLI), a CARGILL passou a ser considerada a maior empresa familiar do mundo. A empresa foi fundada em 1895, no interior dos Estados Unidos, pelas famílias MacMillan e Cargill. Até hoje, 85% da empresa é controlada pelos seus descendentes. A empresa possui importantes sócios de Capital Asset, como, por exemplo, a BLACK RIVER (ou Rio Negro) a qual aportou, só em 2007, USD 10 bilhões na empresa. A CARGILL está listada entre as 20 maiores companhias do globo segundo o anuário da revista *Fortune* (Fortune 500). Apesar de atuar sobre um grande leque de atividades, a principal área de atuação da empresa é o comércio internacional de grãos. (Nota da IHU On-Line)

² A Monsanto é uma indústria multinacional de agricultura e biotecnologia. É a líder mundial na produção do herbicida glifosato, vendido

monopolizando o mercado mundial de produtos agrícolas. Nessa tríplice coroa, não há espaço para o interesse e a defesa da vida no Planeta, muito menos para se projetar a distribuição igualitária de recursos que venha a ter impactos positivos sobre a desconcentração de riquezas, e a afirmação de uma nova ordem mundial, onde a produção de alimentos esteja simetricamente compatível com o propósito de extinguir da face da terra a grande chaga social da fome, onde quer que ela esteja.

IHU On-Line - Alguns ambientalistas alegam que a área ocupada para a produção de biocombustíveis é muito pequena. Outros argumentam também que a soja utilizada para produzir etanol é plantada em áreas degradadas. Como o senhor percebe essas plantações? Realmente é isso que acontece? E como ficam as populações ribeirinhas, indígenas e camponesas nesse processo?

Heitor Costa - Dados da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) mostram que o país tem hoje 276 milhões de hectares de terras cultiváveis. Desses, 72% estão ocupados por pastagens, 16,9% por grãos e 2,8% por cana-de-açúcar, o que demonstra o potencial de crescimento da atividade sobre áreas de pastagem, que, por sua vez, abrem novas frentes de desmatamento em outras áreas do país. A proposta do governo é, até 2015, duplicar a produção de álcool (hoje é 17,5 bilhões de litros/ano e deverá chegar a 34 bilhões/ano). O que se percebe é que vivemos um estágio de certa forma experimental e transitório em termos de aplicação de políticas para a produção de agrocombustíveis, que nem de longe pensa em mexer na estrutura fundiária predominante. Na mídia, vende-se a idéia de que o Brasil representa a enorme potência do agrocombustível e que o futuro se apresenta o mais exitoso possível para o país. Mas, de fato, o governo trata com diferentes propostas o grande agronegócio e o pequeno agronegócio:

sob a marca Roundup. Também é o produtor líder de sementes geneticamente modificadas (transgênicos), respondendo por 70% a 100% do market share para variadas culturas. (Nota da IHU On-Line)

ao primeiro, oferece milhões e todos os incentivos, e ao segundo, pequenos projetos, incomparavelmente, inferiores em termos de investimentos financeiros e díspares em termos de impactos sobre o meio ambiente, ou seja, é benevolente com alguns e dá migalhas para outros, os agricultores familiares. O modelo da agricultura intensiva causa impactos negativos em comunidades camponesas, ribeirinhas, indígenas e quilombolas, que têm seus territórios ameaçados pela expansão do capital.

IHU On-Line - Produtores, comerciantes e o governo demonstram-se positivos frente à política de produção do etanol. Tendo em vista esse potencial energético, como o país pode fazer bem uso disso de maneira criativa e estratégica?

Heitor Costa - Sem nenhum preconceito contra os plantadores de cana, não podemos esquecer que a atividade sucroalcooleira no Brasil é responsável, historicamente, pela concentração de terras, pelo desrespeito às leis trabalhistas, e pela perpetuação da pobreza (os pólos canavieiros no Nordeste apresentam um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano do país). Todavia, não podemos abandonar esta fonte de riqueza. Embora a biomassa represente uma alternativa onde existe uma fonte de energia inesgotável (a luz do Sol) que é convertida em combustível (álcool) e seu processo de utilização seja cíclico (ciclo do carbono), outros fatores precisam ser analisados quando se avalia a sustentabilidade dessa alternativa como fonte energética. Quando esses aproveitamentos são feitos de maneira incorreta, podem também se tornar insustentáveis frente a outros critérios como a manutenção da biodiversidade. Todavia, é possível plantar cana-de-açúcar ou outras espécies vegetais, respeitando o meio ambiente, isto é, ocupando racionalmente a terra de maneira a permitir a sobrevivência das espécies que habitam a região e preservar os cursos de água. Precisamos ousar imaginar uma transição agrária diferente, construída com base na reforma agrária redistributiva que

repovoa e estabiliza as comunidades rurais. É preciso reconstruir e fortalecer nossos sistemas locais, e garantir o reinvestimento da riqueza rural local. Colocar o ser humano e o meio ambiente no centro do desenvolvimento rural requer soberania alimentar: o direito de os povos determinarem os seus próprios sistemas alimentares. Sem abandonar esta fonte de riqueza para o país, o modelo agrícola a ser adotado deve estar baseado na agroecologia, no zoneamento agrícola e na diversificação da produção.

IHU On-Line - O senhor diz que a expansão da cana-de-açúcar poderá por em risco biomas com a Amazônia, o Pantanal e a Caatinga. Que perigos o senhor destacaria? De que maneira esse tipo de produção coloca em risco a soberania alimentar?

Heitor Costa - A monocultura de cana ameaça mais o Cerrado que a Amazônia. Avançou nos últimos anos em áreas que hoje o MMA (Ministério do Meio Ambiente) considera prioritárias para a recuperação da biodiversidade. O bioma mais ameaçado do país, depois da Mata Atlântica (restam de 7% a 24% - dependendo da conta que se faça), é o Cerrado (39% de sua área desmatada). Ele é mais convidativo para o plantio de cana que a Amazônia. Este bioma apresenta melhores condições climáticas, irrigação e topografia. Na safra de 2007, as lavouras de cana-de-açúcar ocupavam 5,8 milhões de hectares do Cerrado, contra 16.033 hectares da Amazônia, segundo o levantamento do IBGE. Já é notória a expansão da cultura da cana-de-açúcar em vários estados brasileiros. Em Mato Grosso, a expansão da área plantada foi 10% em relação a 2006. No Tocantins esse aumento foi de 13%. No Amazonas, de 8%. No Acre, a agroindústria Álcool Verde, possui mais de 2 mil hectares ao longo da BR-317. No Pará, a Pagrisa³ pro-

3 A Pagrisa é um grupo empresarial do agronegócio paraense, que produz álcool, açúcar, cereais, gado bovino e ovino. Recentemente foi autuada pelo Ministério do Trabalho, por ter mantido mais de mil trabalhadores em condições degradantes e análogas à escravidão. A empresa está na "lista negra" mundial das organizações não-governamentais voltadas para a defesa do meio ambiente e de direitos sociais. (Nota da IHU On-Line)

duziu 720 mil toneladas de cana, que renderam 52 milhões de litros de álcool e 106 mil sacos de açúcar (estudo da ESALQ-SP estima em 9 milhões de hectares o potencial para o plantio de cana neste estado). Portanto, é meia verdade que a cana-de-açúcar não se adapta ao ambiente amazônico.

Não podemos nos esquecer que no modelo capitalista de agricultura as regras funcionam para toda a produção, baseadas nas taxas de lucro. Portanto, se o etanol ou outro agrocombustível é capaz de gerar um lucro maior ao produtor — do que o milho, o algodão, o trigo, o feijão —, resulta evidente que haverá uma migração de cultivos alimentícios, que em geral possuem uma taxa de lucro mais baixa, rumo aos agrocombustíveis. E isto já está ocorrendo. A cana-de-açúcar avança sobre as áreas cultivadas de feijão, milho e gado leiteiro.

A produção agrícola na forma de monocultivo é, por si só, prejudicial para a natureza, para o meio ambiente, porque destrói outras formas de vegetais e a biodiversidade. Estudos comprovam que o monocultivo altera o equilíbrio das chuvas, que se concentram mais num determinado período do ano e tornam-se mais intensas e torrenciais. Há, também, estudos que mostram o aumento das temperaturas médias e o aumento da incidência das secas. No caso da cana, temos o agravante das queimadas que são feitas e com isso lançam gás carbônico para a atmosfera, além das péssimas condições de trabalho dos assalariados rurais, em geral migrantes, trazidos de regiões distantes. Portanto, acredito que somente haverá soberania e segurança alimentar se o Estado tiver um claro compromisso em promover uma política de fortalecimento da produção da agricultura familiar.

IHU On-Line - Além da possível expansão das monoculturas, que outras ressalvas o senhor tem à produção de biocombustíveis? Dizem que, para cada litro de bioetanol produzido, são consumidos mais de 40 litros de água. O que isso significa? Corremos o risco de diminuir ainda mais as porcentagens de água potável no mundo?

“Creio que exista um debate equivocado sobre a questão dos impactos da ampliação da ‘plantação de energia’ versus a produção de alimentos, como se a fome e a miséria fossem decorrentes da falta de alimentos e ocupação das áreas de produção de alimentos pelas energias vegetais”

Heitor Costa - Não é só o consumo de água que é enorme e muito mal utilizado no modo de produção monocultural, intensivo, industrial. Neste caso, ocorre um grande consumo de energia fóssil nas diferentes etapas da produção (desde a preparação da terra, aplicação de herbicidas, fertilizantes, colheita, transporte da safra e do produto final), que contribuem para a emissão de gases de efeito estufa, principalmente o CO₂. Não podemos esquecer que um dos maiores problemas da agricultura industrializada é o uso de fertilizantes em massa. Mais de 50% de todos os fertilizantes aplicados no solo são perdidos para a atmosfera e acabam nos lençóis freáticos. É bom ressaltar que a contribuição total da agricultura mundial para as mudanças climáticas, incluindo desmatamento para plantações e outros usos, está estimada em algo entre 8,5 bilhões e 16,5 bilhões de toneladas de dióxido de carbono, ou entre 17% e 32% de to-

das as emissões de gases do efeito estufa provocadas pelo ser humano.

No caso dos agrocombustíveis, as emissões de CO₂ dependerão da matéria-prima. A combustão de etanol da cana-de-açúcar emite menos dióxido de carbono que a do obtido a partir de outras culturas como o milho, nos Estados Unidos, o trigo e a beterraba, na Europa. As emissões do etanol da cana são 90% inferiores às da queima de combustíveis fósseis. Para cada uma parte de CO₂ que o etanol de cana emite, o etanol de milho emite uma parte de meia.

IHU On-Line - Por que a solução aos problemas urbanos brasileiros está diretamente ligada às melhorias do campo? O senhor pode nos explicar essa posição?

Heitor Costa - A melhoria das condições de vida dos moradores das áreas rurais favorecerá e está diretamente ligada a diminuição do “inchaço” das grandes metrópoles. Apoiar, estimular, financiar a agricultura familiar é melhorar a vida nas áreas rurais. No campo, a agricultura familiar emprega 80% da mão-de-obra. Porém, como transformar toda essa representatividade em melhoria da qualidade de vida e em políticas públicas que fixem as famílias agricultoras à terra? Eis a questão. A produção de alimentos pela agricultura familiar representa 4,2 milhões de famílias. Elas produzem mais de 70% do que consumimos. Este segmento produtivo é responsável por 25% do café, 31% do arroz, 67% do feijão, 84% da mandioca, 49% do milho, 58% suínos e 52% do leite produzidos no Brasil.

IHU On-Line - Como garantir a produção e distribuição de alimentos, energia limpa e preservação do meio ambiente? O senhor tem outras propostas?

Heitor Costa - Sem dúvida, estes são os grandes desafios para a sociedade mundial. A expansão da agricultura intensiva tem gerado níveis cada vez maiores de emissões de gases de efeito estufa, graças ao uso excessivo de fertilizantes, o desmatamento e a degradação do solo. É preciso mudar as regras e práticas agrícolas atuais.

O progresso da agricultura industrial trouxe benefícios muito desiguais, com altos custos sociais e ambientais. Não é este modelo que interessa a maioria da população.

No Brasil e no exterior, existe em boa parte da esquerda, seja nos governos, nos partidos ou na sociedade, muita dificuldade em aceitar o fato de que o paradigma do crescimento econômico deve e precisa ser profundamente alterado. A esquerda precisa se adequar à velocidade dos acontecimentos, pois o caos climático e suas conseqüências se transformarão em poucos anos num fator de contestação global do capitalismo, como jamais houve na história. Para estar à altura dos acontecimentos, uma boa idéia é começar a deixar de lado o conceito de crescimento econômico que nos foi imposto pelo próprio capitalismo. O fato é que jamais haverá, sob o signo do capitalismo, a “salvação ambiental”, a distribuição igualitária de alimentos e uma matriz energética baseada em combustíveis renováveis e equitativamente distribuída. Por isso, a luta socioambiental é, hoje, o instrumento mais importante para a superação do capitalismo. Acredito que o governo brasileiro, antes de transformar o país num imenso canal e sonhar com a energia atômica, deveria priorizar fontes de energia alternativa abundantes no Brasil, como hidráulica, solar, eólica, biomassa e PCHs. E cuidar de alimentar os sofridos famintos, antes de enriquecer os “heróicos” usineiros. A produção de fontes energéticas renováveis como biodiesel e etanol devem estar subordinadas a um projeto de desenvolvimento nacional, gerador de trabalho e renda, e ambientalmente sustentável.

LEIA MAIS...

>> Heitor Costa já concedeu outra entrevista à IHU On-Line. Confira na nossa página eletrônica www.unisinos.br/ihu

Entrevista:

* “Uma matriz energética sustentável só será possível a partir da mudança dos modos de produção e de consumo da sociedade”, de 17-9-2007

Armadilhas da fome e a geração de lucros para o mercado

Potencialidades que podem gerar segurança alimentar e energia renovável são radicalmente modificadas pelas transnacionais, considera Antônio Thomaz Jr.

POR PATRICIA FACHIN

Para o geógrafo Antônio Thomaz Jr., a crise de alimentos que assola o Planeta é conseqüência de um modelo agrícola que tem como prioridade seguir as leis mercadológicas. Ao comentar a produção de biocombustíveis no Brasil, o pesquisador alerta, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**: “a expansão” desses produtos “anunciará a redução da área plantada e da produção propriamente dita de alimentos”. Para reverter esse quadro, sugere, “precisamos apostar num outro modelo de sociedade, edificado sob o compromisso da liberdade, autonomia e independência dos homens”.

Antônio Thomaz Jr. é formado em Geografia, pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). Possui mestrado e doutorado na mesma área, pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é pesquisador da UNESP/Presidente Prudente e docente nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia. Entre suas obras, destacamos *Por trás dos canais os nós da cana* (São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002).

IHU On-Line - O senhor disse, em outra entrevista concedida à IHU On-Line (conferir box ao final desta entrevista), que qualquer possibilidade de transformar matérias-primas renováveis em combustível é interessante. Essa posição se mantém mesmo quando se trata de utilizar alimentos como milho, soja e cana-de-açúcar?

Antônio Thomaz Jr. - Eram contextos diferentes, mas, do ponto de vista estrutural, teórico, continuo pensando que a substituição das fontes de energia não renováveis (petróleo, gás natural, carvão mineral, atômica) tinha como motivação apostar num outro modelo de organização da sociedade, calcado na sustentabilidade ambiental/social da produção/fornecimento de energia, em

bases sociais e organizativas que pudessem responder ao bem-estar de produtores e consumidores. Mas, diante de mais uma tomada de assalto do grande capital para a produção de energia, o que se tem é a hegemonização desse tema pelos interesses dos grandes conglomerados empresariais oligopolistas que travestiram o ideário inicial, a partir do momento que fizeram valer seus interesses econômicos de controlar a produção/distribuição/circulação de energia e, conseqüentemente, usufruir de mais uma possibilidade para a maximização dos seus lucros.

É nesse turbilhão que o abandono dos fundamentos conservacionistas, a garantia da biodiversidade e a participação social plena na formulação/execução de estratégias pú-

blicas para obtenção de alternativas de energia renovável, em especial a partir de biomassa, são radicalmente modificados e travestidos. Nesse cenário, há prevalência do modelo concentracionista e destrutivo do capital, renovado nos anos 1990 sob o império neoliberal. Esse intento está se viabilizando por dois caminhos bem definidos. O primeiro, por meio de campanhas publicitárias e com o apoio de políticos em geral, chefes de Estado e de governo, sindicalistas, pesquisadores etc. O segundo se soma ao primeiro, e se enraíza nas políticas públicas que aceitam e internalizam as pressões do grande capital, dos produtores de soja, para garantir privilégios.

Em 2007, o Brasil produziu 843 milhões de litros de biodiesel, e, para atender à determinação dos 3% a serem adicionados a óleo diesel, a partir de julho de 2008, será necessário que as 52 plantas processadoras produzam 1,2 bilhão de litros, e, seguindo as expectativas anunciadas pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), a produção deverá atingir 4,0 bilhões de litros até 2011, fortalecendo, ainda mais, a expansão da monocultura da soja.

IHU On-Line - O senhor relata que o problema da fome está relacionado às desigualdades de classe. Levando esse aspecto em consideração, é possível dizer que a produção de biocombustíveis pode contribuir para o agravamento da crise de alimentos, uma vez que para o cultivo do biocombustível são destinadas áreas da agricultura que poderiam ser utilizadas para a subsistência e produção de alimentos?

Antônio Thomaz Jr. - Numa sociedade que está fundada na exploração de trabalho e na apropriação individual da riqueza produzida socialmente, tem-se, portanto, elementos contraditórios estruturantes do funcionamento do processo social como um todo. Sabendo disso, nessa fase de mundialização do capital, a necessidade da alimentação requer que pensemos de forma articulada o sistema produtivo dos alimentos e, desse modo, no esquema, na organização e na estrutura de produção, bem como nos objetivos

e nos pressupostos para produzir e consumir com base nas reais necessidades dos consumidores. Assim, torna-se necessário também abastecer os mercados consumidores próximos às áreas de produção.

Ilusões do mercado

O modelo de dominação do capital, mais propriamente a comercialização de alimentos no mercado mundial, influi muito negativamente no que diz respeito à estrutura produtiva familiar camponesa, sendo que a isso se liga a idéia difundida pelas transnacionais agro-químico-alimentares e financeiras de que a produção agropecuária tem que servir ao mercado.

Para complementar essa idéia, tomamos o quadro social e político que é negligenciado, esquecido, omitido, obrigando milhares de homens a participarem de conflitos e lutas. As mudanças macroestruturais no formato produtivo das matérias-primas de origem agropecuárias, em nível planetário, na agroindustrialização, a circulação/distribuição dos cereais nobres (soja, milho) nas mãos de seletos grupos de transnacionais, que também estão fazendo parte da equação da produção de biodiesel, fazem com que a fome preocupe a humanidade em pleno século XXI.

O medo que setores importantes da burguesia e do grande capital têm manifestado publicamente está fundamentado nos estrangulamentos das contradições sociais, expressos criminosamente pela quantidade crescente de famintos e das mobilizações que pipocam por vários cantos do Planeta (Haiti, Egito, Filipinas, Brasil, Nicarágua, México, Índia). Se não bastasse o cinismo de que “é necessário barrar a imoralidade da produção de biocombustíveis em detrimento da produção de alimentos”, qualquer pessoa desavisada poderia ser ludibriada.

Nesse depoimento, o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Dominique Strauss-Kahn,¹ expõe as fissuras e disputas internas dos setores dominantes, mas, por con-

¹ **Domenique Strauss Kahn:** economista francês, advogado e político, membro do Partido Socialista (PS), é o atual presidente do Fundo Monetário Internacional – FMI. (Nota da IHU On-Line)

tar com o apoio e sustentação política em nível internacional dos grandes conglomerados transnacionais e dos Estados, defende nichos de mercado e não propriamente ações concretas que garantam acesso aos alimentos para as populações pobres.

É o caso recorrente que envolve o Estado brasileiro em defesa da inserção dos biocombustíveis produzidos no Brasil, nos países europeus, sem barreiras econômicas, fitossanitárias etc., sendo, pois, esse expediente valioso instrumento para combater a alta dos preços dos alimentos.

Essas ações, segundo o chanceler brasileiro Celso Amorim, seria a melhor demonstração, por parte do FMI, de garantir renda interna para que não se tenha a situação da fome agravada no país, sendo que a imoralidade da produção de biocombustíveis não se aplica ao Brasil porque a produção de álcool etílico não ameaça a produção de alimentos. Mas aqui reside um engodo, pois, seja no Brasil, seja em qualquer outra parte do Planeta, a expansão dos agrocombustíveis anunciará a redução da área plantada e da produção propriamente dita de alimentos. Começamos pelo exemplo norte-americano de expandir a área de plantio de milho para a produção de metanol, o que em dois anos, desde 2006, já foi capaz de mexer estruturalmente com a redução dos estoques internacionais e a conseqüente elevação dos preços dessa commodity e de outros que a ele se vinculam para dar movimento à ciranda especulativa tão desejada pelos *players* das transnacionais que atuam nas Bolsas de mercadorias espalhadas pelo mundo.

Caso brasileiro

No Brasil, os estragos são evidentes, apesar de mascarados pelo próprio presidente da República, como os efeitos do expansionismo da cana-de-açúcar, particularmente em São Paulo. Nossos estudos estão sinalizando que a maior parte das terras férteis agricultáveis estão sob o controle dos empreendimentos do agronegócio, sendo que a cana-de-açúcar ocupa lugar de destaque, não só em São Paulo, mas nas porções do território objeto da expansão recente ou que se consolidam

**“Penso que somente pela via da reforma agrária,
substanciada sob os referenciais da Soberania
Alimentar, podemos vislumbrar conquistas
emancipatórias para os excluídos”**

nesse circuito, tais como Mato Grosso do Sul, Triângulo Mineiro, Sul-Sudoeste de Goiás, Noroeste do Paraná, o que denominamos de quadrilátero do agronegócio no Brasil. Os efeitos podem ser sentidos na retração das áreas de produção de alimentos, a começar pelo feijão, pelo arroz e pela produção de leite, o que se não se constata também para o Pontal do Paranapanema, exceto para o feijão, devido à expectativa de continuidade da alta dos preços.

IHU On-Line - Se a produção de alimentos aumentou nos últimos anos, podemos dizer que essa crise é, em boa medida, especulativa? O preço dos alimentos aumentou porque as commodities se tornaram objeto de especulação?

Antônio Thomaz Jr. - Essa pergunta nos remete a um repensar estrutural do modelo atual da produção agropecuária no mundo. Basta lembrar que a capacidade produtiva e a produção propriamente dita de alimentos, particularmente cereais e carnes, têm aumentado ano a ano e o número de famintos cresce com maior intensidade.

Sustentados pelo modelo de organização em grandes extensões de terras sob a regência da propriedade privada, os conglomerados transnacionais também expropriam, subordinam e sujeitam a estrutura familiar/camponesa em todo o Planeta, e, por meio das mega-plantas de processamento agroindustrial, controlam a produção/circulação de alimentos, exercendo, também, controle sobre

a produção de sementes reengenheiradas e transgênicas. O que esquecem de informar é que nesse quadro há outros processos que (re)definam a escala de dominação e a amplitude da destrutividade da crise atual. Antes, porém, é necessário reafirmar que a estrutura bifronte que garante o controle e o poder do capital na dinâmica dos espaços produtivos agropecuários, em nível mundial, tem, de um lado, os desdobramentos da commoditização da produção de alimentos e, portanto, toda a dimensão especulativa, e, por outro, em decorrência do primeiro, a produção de alimentos continua sendo orientada somente com o objetivo mercadológico. Isto é, se serão ou não consumidos não é o mais importante, pois a regência do valor de troca subordina a utilidade e o acesso aos alimentos aos reais interesses do metabolismo do capital.

IHU On-Line - É possível relacionarmos essa crise de alimentos ao aquecimento global e as mudanças climáticas?

Antônio Thomaz Jr. - Todos esses elementos se interligam e, de alguma maneira, redefinem o quadro caótico do século XXI. Mas não é possível apontarmos que a escassez de alimentos motivada pelas seqüelas climáticas e ambientais (salinização, desertificação, secas prolongadas, inundações) seja o epicentro da atual crise. Até porque o que está em pauta não é a escassez, mas, sim, a dificuldade de acesso da população pobre à produção de alimentos por falta de renda. Se

afinássemos nossas atenções para a cadeia alimentícia, notaríamos a existência de cartéis controlados por umas 10 empresas transnacionais, que estão aliadas formal ou informalmente a umas 40 empresas de tamanho médio, que compõem o cartel das seis transnacionais de grãos: Cargill, Continental CGC, Archer Daniels Midland (ADM), Louis Dreyfus, André y Bunge and Born. Dominam praticamente os principais cereais/grãos (milho, trigo, soja, cevada etc.), passando para as carnes, os lácteos, óleos, vegetais, o açúcar e as frutas, mas também se ramificam por meio de outras empresas e *holdings* para o setor de agrocombustíveis/biocombustíveis.

IHU On-Line - Levando em consideração os recursos naturais existentes no Brasil, o senhor diria que o país tem chances de contribuir para a solução da crise alimentícia mundial? Como o país pode participar politicamente desse processo?

Antônio Thomaz Jr. - Haveríamos de refazer esse questionamento, para ter clareza do que exatamente estamos pensando em construir. Se a opção for para reforçar o que já se sustenta pela via da mercantilização, não há solução, sobretudo para os famintos e para as populações empobrecidas. Precisamos apostar num outro modelo de sociedade, edificado sob o compromisso da liberdade, autonomia e independência dos homens do jugo de outrem. A humanidade pode e deve caminhar para essa direção, porque se não seu fim é anunciado, diante do destrutivismo imanente do capital.

IHU On-Line - O senhor afirma que somente com os movimentos sociais e a classe trabalhadora a soberania alimentar poderá anunciar significados emancipatórios. Qual a participação desses grupos nesse projeto?

Antônio Thomaz Jr. - Penso que somente pela via da reforma agrária, substanciada sob os referenciais da Soberania Alimentar, podemos vislumbrar conquistas emancipatórias para os excluídos.

Para viabilizarmos a produção sustentável de alimentos, é necessário

que sejam atreladas políticas e ações concretas e efetivas de manutenção dos camponeses e suas famílias na terra, em condições de viver e produzir dignamente e que tudo isso esteja vinculado: a) à adoção de técnicas e de tecnologias de acordo com as necessidades e desejos dos próprios trabalhadores, com o objetivo de garantir a alimentação e as necessidades da sociedade; b) à importância de manter a produção camponesa vinculada a circuitos curtos para privilegiar a produção em todos os lugares possíveis, mantendo qualidade e sanidade dos alimentos, conservando não somente seu fornecimento regular, mas também os laços culturais; c) ao acesso aos recursos terra e água, mas referenciado na idéia de serem bens comuns e que devem estar sob o controle dos trabalhadores, para que os verdadeiros fins sejam garantidos, evitando assim a desertificação, a salinização das terras e o uso indevido; d) a defesa da autonomia dos camponeses para a construção do socialismo como alternativa para toda a sociedade.

Por isso, nosso interesse em inserir a discussão sobre a classe trabalhadora, no mesmo ambiente da Reforma Agrária, da Soberania Alimentar. Disso surge uma reflexão também central para nós, que está radicada nos significados *a priori* – não no sentido ontológico e objetivo – dos conceitos-chave que estamos abordando, o que nos remete à existência histórica e ao plano das lutas e dos enfrentamentos efetivamente travados e não o que se espera que poderia ocorrer de forma restrita à seara sindical. Talvez algumas indagações sejam oportunas para o momento: quem ameaça mais a hegemonia do capital? São os de dentro ou os de fora da classe trabalhadora?

LEIA MAIS...

>> Confira outra entrevista concedida por Antônio Thomaz Jr. no sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu).

Entrevista:

“O que Morales está fazendo é o que muitos brasileiros gostariam que Lula fizesse no Brasil”, 03-05-3007

Não basta produzir mais alimentos. É preciso mudar o modo de distribuição

Produção de commodities em grande escala não é sinônimo de soberania alimentar, diz Celso Marcatto

POR MOISÉS SBARDELLOTTO E PATRICIA FACHIN

“Quem passa fome no Brasil acaba passando em regiões cercadas por alimentos, cheias de supermercados, com comida da melhor qualidade”, constata Celso Marcatto, coordenador do Programa de Segurança Alimentar da Action Aid Brasil. Em entrevista concedida por telefone à IHU On-Line, na última semana, o pesquisador critica a exportação de biocombustíveis e propõe maiores investimentos no campo. Tendo em vista o alto potencial brasileiro, ele argumenta que os agrocombustíveis devem ser produzidos dentro de uma perspectiva local. “Precisamos pensar em produzir isso de modo sustentável, inserindo-os nas cadeias produtivas existentes, nos sistemas de produção já instalados dentro da agricultura familiar.”

Celso Marcatto é engenheiro agrônomo e mestre em Agricultura Ecológica, pela Universidade de Wageningen, na Holanda.

ANDRÉ TELLES/ACTIONAID/BRASIL



IHU On-Line - O senhor afirma que um dos motivos da crise alimentícia está relacionado ao aumento da demanda dos países asiáticos. Mas, em contrapartida, outros especialistas dizem que a produção de alimentos mundial também aumentou. Tendo em vista esses argumentos, como essa posição pode ser justificada?

Celso Marcatto - A produção mundial de alimentos está aumentando, sim, no entanto não no mesmo ritmo do consumo. A crise atual é resultado de uma série de fatores, sendo o aumento do consumo de alimentos um deles. Ao mesmo tempo, ocorreram falhas de safra em algumas regiões produtoras importantes, como

a Austrália. Aconteceu, também, a migração da produção de alimentos para outras culturas em função, por exemplo, do preço de insumos. Assistimos a mudanças no Brasil com a expansão da cana-de-açúcar em áreas destinadas à produção de alimentos, por exemplo.

Em função da crise do petróleo, do aumento do preço do barril, houve, simultaneamente, um aumento do custo dos fertilizantes e, principalmente, dos custos dos defensivos agrícolas. O nitrogênio, que é um elemento importante para o monocultivo, é extremamente dependente do preço do petróleo. Esses são alguns dos fatores que contribuem

para essa crise, e o resultado é esse a que estamos assistindo. Como os estoques internacionais estão baixos, não há muita gordura para queimar.

IHU On-Line - O mundo ainda não produz alimentos o suficiente ou podemos dizer que essa questão está atrelada a outros aspectos como a especulação do mercado financeiro aos alimentos?

Celso Marcatto - A outra razão para o preço dos alimentos é justamente a especulação. Com todos os problemas que aconteceram, principalmente nos Estados Unidos, com relação aos investimentos que foram feitos, parece que uma parte dos investimentos, então destinada a cobrir os gastos, migrou para o setor de commodities.

Os dados que temos indicam que, sim, o mundo produz alimento muito mais que suficiente para abastecer a população. A questão, então, não é simplesmente aumentar a produção. Claro, há problemas localizados, em países que estão passando por dificuldades. No entanto, são casos específicos e relacionados ao clima. Dos 37 países que estão em risco de insegurança alimentar neste momento, 22 passaram por problemas climáticos sérios. Com exceção desses países que apresentam todos esses problemas, ou que estão sofrendo guerras, revoluções etc., a questão não é ter alimento disponível, e sim acesso a ele, o que continua sendo o grande problema do mundo.

IHU On-Line - É notável o aumento da produção agrícola no Brasil. Entretanto, como entender que num país em que se produzem tantas commodities ainda existam pessoas que passam fome?

Celso Marcatto - Esse é o problema. A produção de commodities, a produção do agronegócio, a produção dentro do modelo convencional, baseada em monocultura, não são uma resposta do ponto de vista de segurança alimentar, e sim uma resposta do ponto de vista econômico. Nas regiões onde esse modelo está se concentrando, há visivelmente insegurança alimentar, concentração de renda, concentração de meios de produ-

ção e concentração de terra.

IHU On-Line - A desigualdade social ainda pode ser considerada a principal justificativa desse problema, mesmo quando pesquisas revelam que as classes mais pobres elevaram sua rentabilidade?

Celso Marcatto - O número de famílias em condições de pobreza extrema diminuiu significativamente. Isso tem a ver com os programas sociais que o governo implementou, como o Bolsa Família, o programa de aquisição de

**“O mundo produz
alimento muito mais que
suficiente para abastecer
a população. A questão,
então, não é
simplesmente aumentar
a produção”**

alimentos, entre outros. Tem relação também com o desenvolvimento econômico. O problema é que o abismo ainda é muito grande. O Brasil, como já me referi, é um dos países onde existe a maior concentração de terra e de renda no mundo. Temos aí séculos de desigualdade que não acabam em poucos anos. Tal desigualdade causa, sim, a insegurança alimentar. Quem passa fome no Brasil acaba passando em regiões cercadas por alimentos, cheias de supermercados, com comida da melhor qualidade. As políticas sociais no Brasil são importantes, precisam ser aprimoradas, ampliadas, mas não são suficientes. Nesse contexto, torna-se necessário repensar o acesso

aos meios de produção, à educação.

IHU On-Line - Alguns ambientalistas defendem a produção de biocombustíveis, pois estes geram energia mais limpa, ajudando na diminuição das emissões de carbono. Entretanto, como ampliar a produção energética sustentável e garantir, ao mesmo tempo, o acesso a esses alimentos? Qual é a sua proposta?

Celso Marcatto - Chamar os biocombustíveis ou os agrocombustíveis de limpos não é exatamente verdadeiro. Eles podem ser limpos do ponto de vista do uso, mas ainda não o são do ponto de vista da produção. Para você chamá-lo de limpo, toda a cadeia de produção, consumo e uso precisa ser limpa. Assim, não podemos considerar limpo o combustível derivado da cana-de-açúcar. Do ponto de vista social e ambiental, essas plantações representam uma tragédia às regiões onde estão sendo cultivadas. Por outro lado, isso não significa que devemos desprezar essa fonte de combustível. Mas, se estamos buscando desenvolvimento sustentável com equidade, com justiça social, além da soberania e da segurança alimentar, o caminho é produzir agrocombustíveis dentro de uma perspectiva local. Não há razões que justifiquem a exportação desse produto. Precisamos pensar em produzi-los de modo sustentável, inserindo-os nas cadeias produtivas já existentes, nos sistemas de produção já instalados dentro da agricultura familiar, por exemplo.

Acredito muito no potencial deles como uma alternativa para suprir a demanda da agricultura familiar ou da demanda local. Imaginar que o agrocombustível produzido no interior do Mato Grosso pode ser exportado para os Estados Unidos e que nisso exista redução da emissão de carbono é incorreto. Se pensarmos nos recursos utilizados para preparar o solo, derrubar a mata, remover o pasto que estava nele, veremos que muito carbono foi emitido no decorrer desse processo. Assim, não se torna benéfico para o Brasil realizar esse trabalho, pois não há um equilíbrio positivo. E, se for po-

sitivo, ele é muito pequeno.

IHU On-Line - Então, a preocupação do Brasil em exportar biocombustível é equivocada? Estamos na contramão do desenvolvimento econômico, ambiental e social?

Celso Marcatto - Do ponto de vista ambiental e social, será que teremos ganhos com isso? Será que o resultado, em termos de balanço de carbono, é positivo? A maior contribuição do Brasil para as mudanças climáticas mundiais são as queimadas. Como a produção dos agrocombustíveis impacta a questão das mudanças climáticas? Estamos assistindo ao processo de expansão da soja no Pará e em outras regiões, e ele se dá por meio de destruição da mata. Estamos assistindo, ao mesmo tempo, à expansão da cana-de-açúcar, em São Paulo, no Cerrado brasileiro, avançando para áreas de pasto degradado. Não há efetivamente controle sobre esses detalhes. No caso das usinas, não existe fiscalização para saber se essa expansão da cana-de-açúcar se dará em cima de áreas de pastagens degradadas ou não. Se existem terras disponíveis, elas serão ocupadas. E, se for vantajoso produzir cana em relação ao milho, em relação ao feijão, ela será produzida.

IHU On-Line - Investidores do agro-negócio alegam que plantam em áreas degradadas. Ao mesmo tempo, aumentam as vendas de terras produtivas. O senhor acredita que empresas tendem a plantar nessas áreas, com o objetivo de produzir mais toneladas de biocombustíveis? A ânsia pelo lucro pode precipitar mais desmatamento da Amazônia?

Celso Marcatto - Com certeza. Tenho a informação de que a cada hora chega uma empresa nova, nacional ou internacional, com interesse em investir em agrocombustíveis. O preço das terras em São Paulo já aumentou. Além disso, a disputa por elas está ficando acirrada, tanto entre monopólios nacionais quanto entre estrangeiros. O resultado disso será a elevação dos conflitos no campo, ou seja, a luta pela posse de terras. Isso irá implicar em desmatamento, em ocupação de

áreas que antes estavam sendo destinadas para outra coisa.

Quando os produtores falam em pastagem degradada, devemos compreender o quê? Eu posso entender como área de mata em recuperação, dependendo do ponto de vista. Eu vejo uma pastagem abandonada como o sinal de que a natureza está recuperando uma terra. Isto é, não a percebo como uma pastagem degradada.

O aumento da demanda por terra é conseqüência, sim, da produção de agrocombustíveis, e está diretamente relacionado à expansão da cana-de-açúcar. O aumento da produção vem ocupando o lugar das pastagens e, então, me questiono: “Para onde vai esse gado que até então ocupava essa região?” A cana teria dificuldade de entrar na floresta Amazônica, onde chove todo o dia, porque ela necessita de um período de seca para acumular açúcar. Agora, ela não precisa entrar na Amazônia para degradar a floresta. Apenas o fato de ela expulsar o gado — na região do Cerrado — é o suficiente para alavancar o desmatamento. Assim, a ocupação da Amazônia se dará através do gado, não necessariamente da cana. O etanol não precisa ser produzido dentro da floresta para sentirmos o impacto. Em região de fronteira, há expansão do gado em função da ocupação dessas terras que antes eram envolvidas na produção do gado pela cana-de-açúcar ou pela soja.

IHU On-Line - Uma alternativa positiva para conciliar a produção alimentícia e energética pode ser a utilização de áreas degradadas para a plantação de oleaginosas, robustas como o pinhão manso, mamona, dendê, semente de girassol, por exemplo?

Celso Marcatto - É interessante explorar essas alternativas, principalmente a do dendê, cuja capacidade de produção de óleo é absurda. A cana-de-açúcar é para a produção de etanol o que o dendê é para a produção de óleo. Pinhão manso, mamona, girassol — que são plantas mais nobres — também são muito interessantes para a produção de óleos. A questão é que existem várias formas de explorar isso.

Estive no norte de Minas Gerais, onde o Centro de Apicultura Alternativa e uma cooperativa grande de agricultores familiares local estão investindo na produção de oleaginosas. Eles estão trabalhando com o pinhão manso, com o girassol, com mamona. Esse tipo de produção pode gerar uma renda a mais para os agricultores. De qualquer modo, não é viável imaginar uma grande monocultura de pinhão manso, como há, no norte de Minas, 10, 20 mil hectares contínuos de eucalipto, 10, 20 mil hectares contínuos de cana-de-açúcar ou de soja. De nada adianta trocar um cultivo por outro, pois o resultado é o mesmo. A monocultura expulsa gente do campo, concentra renda, meios de produção, e aí o resultado será o mesmo: insegurança alimentar, concentração de renda, pobreza. Então, a questão não é exatamente o que se cultiva, mas como se cultiva. É claro que explorar o pinhão manso, que me parece uma planta muito resistente e com uma capacidade grande de produção de óleo, é ótimo, mas não em escala de monocultura.

O esforço que está sendo feito por algumas organizações ligadas a movimentos de agricultores familiares é introduzir essas plantas dentro do sistema de produção atual como um produto a mais, num sistema de policultivo. Visitei um assentamento onde as áreas de produção tinham um emaranhado de plantas — três variedades diferentes de milho, cinco variedades de feijão, um grupo grande de hortaliças, pinhão manso, girassol — ocupando o mesmo espaço. Dentro desse contexto, as oleaginosas são muito interessantes.

IHU On-Line - O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, diz que o Brasil tem que produzir alimentos para o consumo interno e, além disso, aumentar a produção destinada à exportação. Como manter o equilíbrio?

Celso Marcatto - Esse equilíbrio é difícil, porque, atualmente, há um investimento muito grande na questão do agronegócio. Do ponto de vista ambiental e do ponto de vista social,

essa expansão não é sustentável. Aonde isso nos levará, daqui a alguns anos? O que irá acontecer com o Cerrado brasileiro, com a Amazônia, se isso continuar no rumo em que está? E é evidente que o governo não consegue controlar a expansão. Então, a questão é: o que sobra para as gerações futuras? Como ficam os agricultores familiares, os trabalhadores rurais nesse momento? Estamos ampliando a produção de commodities para manter a balança comercial, para conseguir um equilíbrio momentâneo. Mas será que isso é uma saída sustentável?

IHU On-Line - Como reduzir a fome, a pobreza e, ao mesmo tempo, aumentar os meios de subsistência rural, conciliando as preocupações ambientais e sociais?

Celso Marcatto - Para nós, a saída são os modelos de produção diversificados e sustentáveis que garantam principalmente investimento em reforma agrária e acesso à população rural aos meios de produção. Além disso, é necessário montar sistemas de produção agroecológicos que considerem as características, as especificidades, os problemas e as potencialidades do sistema local, em termos de solo, vegetação etc.

Aproximar o agricultor familiar do mercado consumidor urbano, criar estratégias de aproximação, redução de intermediários, facilitar o acesso à comida e, ao mesmo tempo, investir pesado e ampliar os programas sociais, são medidas fundamentais. Para recuperar séculos de exclusão, é necessário ter um investimento muito grande em programas sociais de acesso aos alimentos, em programas de renda mínima. Somente investindo nessas questões teremos o rompimento desses desequilíbrios.

LEIA MAIS...

>> Confira na página eletrônica do IHU (www.unisinos.br/ihu) um artigo de Celso Marcatto.

Artigo:

* A saída da crise alimentar é pela agricultura familiar, de 01-05-2008, publicado originalmente no jornal *O Globo*, também em 01-05-2008.

Agroecologia: a solução para as mazelas do mundo

Somente através da agricultura familiar, da reforma agrária e proteção dos mercados nacionais se conquistará a soberania alimentar, defende Peter Rosset

POR PATRICIA FACHIN

“Três décadas de acordos de livre comércio e políticas neoliberais desmantelaram a capacidade da maioria dos países de produzirem sua própria comida.” A constatação é de Peter Rosset, agroecologista americano. Nesse cenário, os investidores têm descoberto o “commodity trading (comércio de bens) como resultado do colapso do verdadeiro mercado estatal nos EUA, e estão em busca desesperada de novas áreas de investimentos”. Entretanto, explica, esses grupos lucram tanto com as altas como com as quedas dos preços dos alimentos, inflando “a bolha dos commodities, que está deixando a alimentação fora do alcance das pessoas pobres por todo o mundo”. Atualmente, lembra, “61% de todos os contratos futuros de trigo nos EUA estão detidos por fundos (de risco) multimercados”.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Rosset defende a teoria de que cada país deve ser responsável pela alimentação de seu próprio povo. Ao comentar a produção de biocombustíveis, ele é categórico: “É um crime contra a humanidade priorizar alimentar carros em vez de alimentar pessoas”.

Peter Rosset tem doutorado em Agroecologia. É pesquisador do Centro de Estudos para el Cambio en el Campo Mexicano (CECCAM), co-coordenador da Rede de Pesquisa-Ação sobre a Terra (www.acaoterra.org), e faz parte do grupo técnico do [La] Vía Campesina.

IHU On-Line - A que o senhor atribui a crise alimentícia mundial? Ela é real ou pode ser considerada especulativa?

Peter Rosset - Essas são causas tanto de curto quanto de longo prazo. As mais importantes causas de longo prazo são três décadas de acordos de livre comércio e políticas neoliberais, que desmantelaram a capacidade da maioria dos países de produzirem sua própria comida, enquanto impulsionavam sua habilidade de cultivar para a exportação. Políticas similares, promovidas pelo Banco Mundial e pelo FMI, têm obrigado a maioria dos países a vender sua reserva pública de grãos e a privatizarem suas

estatais de exportação de grãos.¹ Assim, estamos em uma situação em que os países possuem poucas reservas e têm diminuído sua capacidade produtiva. Uma causa de longo prazo menos importante é a mudança nos padrões de consumo.

A mais importante causa de curto prazo da crise mundial do preço dos alimentos é a entrada de capital financeiro especulativo nos mercados futuros de commodities mundiais. 61% de todos os contratos futuros de trigo nos EUA estão atualmente detidos

¹ O termo original, *grain marketing boards*, foi traduzido assim, pois “marketing board” é uma espécie de empreendimento comercial estatal onde um conselho faz a compra de bens no mercado interno e os vende ao mercado externo. (Nota da tradutora)

por fundos (de risco) multimercados, e a ConAgra² recentemente vendeu sua unidade comercial de commodities a um fundo multimercados (ou fundo de derivativos). Esses fundos têm “descoberto” o commodities trading [comércio de bens] como resultado do colapso do verdadeiro mercado estatal nos EUA, e estão em busca desesperada de novas áreas de investimentos. Eles vivem da volatilidade nos preços, tirando seus lucros das oscilações tanto para altas como para quedas, e estão atualmente inflando a “bolha” dos commodities, que está deixando a alimentação fora do alcance das pessoas pobres por todo o mundo. Quando a bolha de preços eventualmente entrar em colapso devido à lei da gravidade, eles acabarão com mais agricultores pelo mundo. Outra causa de curto prazo tem sido o desvio da exploração e da produção agrícola para os agrocombustíveis. Secas em algumas partes do mundo também contribuíram.

IHU On-Line - O senhor defende a redistribuição de terras como alternativa para combater a concentração de renda e defender o meio ambiente. A crise de alimentos pode ser controlada com essa proposta?

Peter Rosset - Parte da solução de longo prazo para a crise de preços dos alimentos é restaurar a capacidade dos países de alimentarem seu próprio povo. Uma vez que grandes produtores não seguem tal caminho, preferindo cultivar soja para exportar e cana-de-açúcar para agrocombustíveis, isso significa reconstruir a capacidade produtiva do campesinato e da agricultura familiar, o que requer uma genuína reforma agrária, incluindo a redistribuição de terras.

IHU On-Line - O uso intensivo de agrotóxicos e inserção dos transgênicos são fatores que contribuíram ou ainda poderão contribuir para a crise alimentícia mundial?

Peter Rosset - São parte de um modelo industrial de agricultura que é orienta-

da para a produção (de bens) para exportação e de agrocombustíveis. Não apenas isso, mas eles comprometem a futura capacidade produtiva dos sistemas agrícolas.

IHU On-Line - A ONU responsabiliza, em parte, a produção de biocombustíveis como sendo responsável pela crise alimentícia atual. O senhor concorda? É correto afirmar que as mudanças climáticas também têm uma parcela significativa nesse processo?

Peter Rosset - Sim, e é um crime contra a humanidade priorizar alimentar carros em vez de alimentar pessoas.

A mudança climática tem desempenhado, até agora, um papel menor, por secas em algumas regiões, embora possa desempenhar um papel maior nisso no futuro. Elas têm desempenhado também um papel indireto, através de argumentos espúrios de Bush, Lula e da indústria sobre as mudanças climáticas para justificar os agrocombustíveis.

IHU On-Line - Para a OMC (Organização Mundial do Comércio), os subsídios agrícolas dos países ricos têm prejudicado os alimentos em países subdesenvolvidos. Segundo a organização, esse fator tem contribuído para a crise alimentícia mundial. O senhor concorda com essa posição? Qual é a alternativa para reverter o quadro, uma vez que avançam os incentivos a agrotóxicos e transgênicos, por exemplo?

Peter Rosset - Não concordo com a afirmação geral de que os subsídios levam a uma crise dos alimentos. Depende de qual tipo de subsídio. Se são subsídios ao agronegócio, que promovem exportação de culturas (vegetais) e agrocombustíveis em detrimento da produção de alimento por camponeses e agricultores familiares, então eles são parte do problema. Mas, e isso é muito, muito importante, todo país no mundo deverá empregar orçamento do setor público (subsídios, se você quer chamá-los assim) para reconstruir a capacidade produtiva do campesinato e de agricultores familiares. O que precisamos é de normas que garantam que esses serão tipos de subsídios que

não encorajarão exportação e concorrência desleal em seus países.

Na medida em que a Organização Mundial do Comércio é uma instituição tão tendenciosa, designada para servir somente aos interesses dos poderosos, precisamos tirá-la das políticas de agricultura e alimentos para designar e implementar sistemas melhores. Esses devem ser sistemas que permitam que os países protejam a produção nacional de alimentos de importadores, e impulsionem a capacidade produtiva de seus setores de agricultura familiar e campesinato.

IHU On-Line - O senhor acredita que, nos próximos anos, a humanidade verá uma penúria alimentar?

Peter Rosset - Estamos enfrentando uma crise de alimentos conduzida por más políticas. Isso, esperamos, irá acordar as sociedades e os governos para a necessidade de políticas de soberania alimentar, de modo a evitar futuras recessões de alimento.

IHU On-Line - Qual é a sua sugestão para construir outros sistemas alimentares, alternativos ao atual modelo agrícola? Como a Agroecologia pode nos ajudar a mudar o processo atual?

Peter Rosset - O único paradigma alternativo para evitar futuras crises de alimentos é a soberania alimentar. A soberania alimentar inclui a proteção aos mercados nacionais de alimentos dos mercados internacionais (incluindo os de capital especulativo e concorrência desleal³); a reconstrução da capacidade nacional de produção de alimentos da agricultura familiar e do campesinato, via reforma agrária, garantia de preço, créditos e outros mecanismos; o bloqueio do controle monopolista por corporações transnacionais sobre nossos sistemas alimentares; restauração do setor público de reserva de grãos; e o uso de práticas de plantio baseadas em Agroecologia que restaurem a terra degradada e construam a futura capacidade produtiva de nossos solos.

3 O autor usa um termo (*low-price dumping*, ou apenas *dumping*) que significa a venda de produtos por preços muito baixos com o objetivo de eliminar concorrentes. (Nota da Tradutora)

2 A ConAgra Foods Inc. é uma das maiores companhias de comida embalada na América do Norte. Seus produtos estão disponíveis nos supermercados, bem como restaurantes e estabelecimentos alimentícios. Sua matriz fica localizada em Omaha, Nebraska. (Nota da IHU On-Line)

Biombustíveis não prejudicam a produção de alimentos

Para José Goldemberg, a produção de energia através da agricultura deve ser ampliada

POR PATRÍCIA FACHIN

Defensor da produção de combustível através da cana-de-açúcar, José Goldemberg diz que essa fatia do mercado ocupa apenas 4 dos 60 milhões de hectares brasileiros, e não pode ser responsabilizada pela crise alimentícia mundial. “A crise fundamental é a desigualdade de renda”, justifica. Em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, o ambientalista afirma que, além de substituir os resíduos fósseis, o etanol reduz as emissões de gás carbônico. Questionado sobre as implicações do corte e a queima de canaviais, Goldemberg é enfático: “O CO2 será reabsorvido na próxima safra”.

Goldemberg é pós-doutor em Física, pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é docente da Universidade da mesma universidade e membro do Projeto BASIC da University of Sussex. Entre suas obras, destacamos *Energia, meio ambiente e desenvolvimento* (São Paulo: Edusp, 2003) e *World energy assessment overview 2004 update* (New York: United Nations Nations Development Programme, 2004).



DIVULGAÇÃO

IHU On-Line - A produção de alimentos mundial continua aumentando, mas esbarra no problema da distribuição. A repartição de renda desigual ainda pode ser considerada um fator imprescindível para justificar essa crise alimentar? Em que o senhor argumenta sua posição?

José Goldemberg - Até recentemente não havia crise alimentar. A produção de alimentos tem sido suficiente para atender as necessidades mundiais e não havia fome no mundo. O problema é o acesso aos alimentos que custa dinheiro que os pobres não têm. A crise fundamental é a desigualdade de renda. Mais recentemente, o consumo da China e da Índia cresceu tanto que provocou uma “corrida” aos alimentos e conseqüente aumento de preços. Os mais pobres com menos poder aquisitivo são os que mais foram atingidos.

IHU On-Line - O senhor diz que o preço dos cereais e de alimentos tem caído ao longo das últimas décadas (conferir artigo publicado na *Folha*

“Monocultura e concentração de renda são características de produção agrícola em larga escala e não apenas na produção de álcool de cana-de-açúcar. Era assim com café e ainda hoje com laranja”

de S. Paulo, em 18-02-2008). Então, a especulação das commodities, por parte do mercado financeiro, justifica a elevação dos preços de alguns alimentos nos últimos meses?

José Goldemberg - O preço das commodities em geral tem caído ao longo dos anos, mas também tem flutuado bastante, devido a diversos fatores, tais como secas e inundações, mas, também, claro, devido à especulação.

IHU On-Line - O Banco Mundial já financiou empréstimos para colocar matadouros na Amazônia. Com o des-

matamento de algumas áreas para a ocupação da pecuária, alguns ambientalistas dizem que roças podem ser iniciadas e, conseqüentemente, aumentar a plantação de soja nessas áreas. Esse ciclo precisa ser controlado? Torna-se necessário controlar, além do desmatamento da Amazônia, o controle da pecuária?

José Goldemberg - O problema do desmatamento da Amazônia é muito complexo. É claro que a pecuária pode ser expandida bem como as plantações de soja, mas fazer isto às custas do desmatamento, que tem conseqüên-

“Se o biodiesel for feito com soja – como está ocorrendo –, ele compete com a produção de alimentos e deve ser desencorajado”

cias muito negativas para o futuro do clima, não é a solução. Metade do Pará já foi devastado. O que seria preciso fazer é reaproveitar certas áreas degradadas antes de desmatar mais.

IHU On-Line - Dizem que o etanol de cana-de-açúcar ajudará a reduzir os gases do efeito estufa. Entretanto, quais são os impactos ambientais da queima do canavial? Essa solução é ambígua, uma vez que pode gerar outro problema?

José Goldemberg - O etanol da cana-de-açúcar, ao substituir a gasolina, reduz as emissões de gases de “efeito estufa”. Este não é um “rumor”, mas um fato científico. A queima do canavial para facilitar o corte da cana emite CO₂, mas ele é reabsorvido na próxima safra.

IHU On-Line - Se a produção de biocombustíveis gera energia mais limpa ajuda na diminuição das emissões de carbono, que medidas se tornam necessárias para garantir essa possibilidade juntamente com a produção de alimentos?

José Goldemberg - A produção do álcool usa uma área pequena no Brasil (cerca de 4 milhões de hectares), num total de 60 milhões de hectares, usados para outras culturas. Além disso, existem 200 milhões de hectares de pastos degradados nos quais as plantações da cana-de-açúcar poderiam se expandir. Para a produção de biodiesel, a idéia é usar mamona e pinhão manso que não são comestíveis. Se o biodiesel for feito com soja – como está ocorrendo –, ele compete com a produção de alimentos e deve ser desencorajado.

IHU On-Line - Especificamente no caso brasileiro, a produção de energia limpa pode ser positiva. Entretanto,

to, é correto dizer que esse processo de produção de energia através da agricultura pode ser negativo, já que crescem as monoculturas e se intensifica a concentração de renda? Que medidas são necessárias para resolver esse impasse?

José Goldemberg - Monocultura e concentração de renda são características de produção agrícola em larga escala e não apenas na produção de álcool de cana-de-açúcar. Era assim com café e ainda hoje com laranja. Não é o uso de produtos agrícolas para a produção de energia que está causando a concentração de renda e monocultura.

IHU On-Line - Joachim von Braun, diretor do Instituto Internacional para a Pesquisa de Políticas de Alimentação, defende uma moratória sobre a produção de combustíveis à base de grãos ou derivados de oleaginosas e diz que essa medida poderá reduzir o preço do milho em 20% e do trigo em 10% entre 2009 e 2010. Como o

LEIA MAIS...

>> José Goldemberg já concedeu uma entrevista à IHU On-Line. Ela está disponível no nosso site www.unisinos.br/ihu.

Entrevista:

* “O biocombustível é a única solução para o problema de aquecimento global”. Edição 215, de 16-04-2007.

Confira também alguns artigos de Goldemberg que reproduzimos nas *Notícias do Dia* do nosso site www.unisinos.br/ihu.

Artigos:

* *O Relatório Stern* - 16-01-2007, publicado originalmente no jornal *O Estado de S. Paulo*, na mesma data.
* *Apenas exploramos um terço do potencial hidrelétrico* - 13-02-2007, publicado originalmente no jornal *O Estado de S. Paulo*, na mesma data.
* *Clima - o Brasil na contramão* - 18-06-2007, publicado originalmente no jornal *O Estado de S. Paulo*, na mesma data.

senhor percebe essa proposta?

José Goldemberg - As maiores fontes de poluição existentes hoje no mundo são o petróleo e o carvão. Talvez o Dr. von Braun devesse propor também uma moratória para o uso destes combustíveis.

IHU On-Line - Essa moratória pode ser útil para os biocombustíveis produzidos a partir da cana-de-açúcar? Parte da alimentação dos bovinos, suínos e aves é composta por insumos utilizados na produção de biocombustíveis. Ou seja, se não houver um limite para a plantação de cana-de-açúcar, por exemplo, pode ficar mais caro alimentar esses animais e conseqüentemente esse aumento será repassado aos produtos finais?

José Goldemberg - As conseqüências do uso de pequena parte da produção agrícola para produção de energia são exageradas e a solução será ampliar a produção e não reduzi-la.

BAÚ DA IHU ON-LINE

>>> Confira outras edições da IHU On-Line que estão interligadas a essa temática.

- * *Pampa. Silencioso e desconhecido*. Edição 190, de 07-08-2006;
- * *Amazônia. Verdades e Mitos*. Edição 211, de 12-03-2007;
- * *Estamos no mesmo barco. E com enjôo. Anotações sobre o Relatório do IPCC*. Edição 215, de 16-04-2008;
- * *Energia para quem e para quem? A matriz energética do Brasil em debate*. Edição 236, de 17-09-2007;
- * *O Pampa e o monocultivo do eucalipto*. Edição 247, de 10-12-2007.

PUBLICAÇÕES IHU

>>> Confira outras publicações do IHU referente a temática.

- * *Cadernos IHU Idéias n° 58, de 2006, intitulado Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades*, escrito por Hazel Henderson;
- * *Cadernos IHU Idéias n°: 55, de 2006, intitulado Terra Habitável: O grande desafio para a humanidade*, escrito por Gilberto Dupas;
- * *Cadernos IHU Idéias no. 31, de 2005, intitulado A crise e o êxodo da sociedade salarial*, escrito por André Gorz;
- * *Cadernos IHU Idéias, no. 56, de 2006, intitulado O decrescimento como condição de uma sociedade convivial*, escrito por Serge Latouche;
- * *Cadernos IHU em Formação n° 07, de 2006, intitulado Sociedade Sustentável*.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

Brasil em Foco

Na agenda do governo, a questão ambiental nem de longe é uma prioridade

Para o diretor-adjunto da ONG Amigos da Terra, Mario Menezes, não adianta mudar o ministro se o governo não prioriza a agenda ambiental

POR GRAZIELA WOLFART E GREYCE VARGAS

Muitos afirmam que, no governo Lula, a questão econômica sempre se sobrepõe à questão ambiental. No entanto, podemos acreditar que a ex-ministra do meio ambiente, Marina Silva, que acaba de pedir demissão do cargo, teria contribuído para isso? De certa forma sim, acredita o agrônomo e economista Mario Menezes. Em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, ele avalia a postura de Marina no Ministério até então, fala sobre o lugar da agenda ambiental no governo Lula e explica por que considera que a ex-ministra do Meio Ambiente tenha colaborado com a postura do governo de lutar pelo crescimento econômico a qualquer custo: “Ela já teve motivos antes, muito mais relevantes e consistentes, que justificavam mais essa decisão do que agora, os quais, no entanto, ela acabou aceitando. Ou seja, ela não deixou de contribuir para essa agenda em que o foco é o crescimento econômico e não o desenvolvimento”.

Mario Menezes trabalha na Amazônia há 32 anos, 20 dos quais mais diretamente com a problemática socioambiental da região, inclusive no Acre. Já trabalhou em ONGs, como o Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais. Atualmente, é o diretor-adjunto da ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira (www.amazonia.org.br). Confira a entrevista:

IHU On-Line - O que significa para o Brasil a demissão da ministra Marina Silva?

Mario Menezes - Significa perda de credibilidade fora do país. E, internamente, isso também aparece de forma muito negativa, sobretudo do ponto de vista da estrutura econômica. Os agentes econômicos certamente estão precisando fazer uma nova leitura. O governo está jogando suas fichas no

crescimento e não no desenvolvimento. E desenvolvimento implica a internalização da dimensão ambiental no processo. Basicamente, o foco é o crescimento, levando em consideração o PAC, que é o Plano de Aceleração do Crescimento. Aí já temos uma senha para o setor econômico que, com a saída da ministra, fica mais explicitada.

IHU On-Line - Qual é a sua opinião

sobre a decisão de Marina?

Mario Menezes - Minha primeira avaliação é de que foi uma decisão meio intempestiva, porque ela já teve motivos antes que justificavam mais essa decisão do que agora. Cito como exemplo o problema dos transgênicos, e, no começo do governo Lula, em 2003, a questão da importação de pneus usados. Há um conjunto de exemplos, cada um deles muito mais fortes, do

“Se levamos 400 anos para detonar a Mata Atlântica, a floresta amazônica pode acabar em cinco décadas”

que essa questão agora de que o PAS (Plano Amazônia Sustentável) seria coordenado pelo ministro Mangabeira Unger. Na entrevista coletiva, Marina Silva negou isso. Mas não há dúvidas de que essa tenha sido a gota d'água. Há também um pouco de vaidade pessoal nesse processo, pois, como eu disse, antes houve motivos muito mais relevantes e consistentes, os quais, no entanto, ela acabou aceitando. Ou seja, ela não deixou de contribuir para essa agenda em que o foco é o crescimento econômico e não o desenvolvimento. Existem essas duas dimensões, as duas grandes vertentes da gestão dela, que precisam ser avaliadas.

IHU On-Line - Mais uma vez a preocupação econômica se sobrepôs à questão ambiental e ao desenvolvimento sustentável...

Mario Menezes - Exatamente. E eu diria que não é nem mais uma vez. Na verdade, nunca deixou de estar. Na agenda do governo, a questão ambiental não chega nem perto de ser prioridade. No caso da ex-ministra, podemos dizer que seja um processo cumulativo. De tanto engolir sapo, Marina Silva acabou regurgitando pelo menos uma parte disso. No fundo, há um embate do governo, que tem na sua prioridade de agenda a questão do crescimento econômico, não importando muito o seu custo socioambiental, versus uma agenda, na minha opinião mais coerente, que é de internalizar esses critérios de sustentabilidade. E aí aparece a Amazônia de forma mais evidente, porque, do ponto de vista internacional, a preocupação está mais voltada para ela. Mas, se olharmos todo o nosso processo de crescimento, de “desenvolvimento”, ele é insustentável de cabo a rabo, desde o que aconteceu com a Mata Atlântica, onde já perdemos quase 100% da mata nativa e o bioma foi embora. Já se

perdeu 60% do cerrado e 18% da Amazônia. Percebemos que esse processo é o mesmo, porém com uma grande diferença: a tecnologia possibilita hoje impactar muito mais num espaço de tempo muito menor. Se levamos 400 anos para detonar a Mata Atlântica, a floresta Amazônia pode acabar em cinco décadas.

IHU On-Line - Você acredita que seja possível conciliar a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável dentro do governo federal?

Mario Menezes - Possível é. No entanto, não acho provável, pois não há disposição para isso. Tanto é que, se uma ministra com o perfil que tinha a Marina não conseguiu levar esse desafio adiante, quem levaria? O foco é aumentar a produção em todas as áreas.

IHU On-Line - Qual é a importância da agenda ambiental para o governo Lula?

Mario Menezes - Quase nenhuma. O que Lula está buscando é um ministro que já estão chamando por aí de “carimbador”. No caso dos licenciamentos, ele pressionou muito a Marina Silva, em relação às hidrelétricas do Complexo do Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau) e à Angra 3, por exemplo. A visão do governo é muito simplista nesse sentido. É burocrática, no máximo, tecnocrática. Até chego a pensar se o convite ao Carlos Minc não aconteceu porque ele conseguiu em 16 meses emitir mais de duas mil licenças. E o governo tem essa pressa. Então, surge toda aquela cantilena de que a área ambiental está travando o progresso do Brasil, de que precisamos ser mais ágeis. Mas a grande questão é: que estrutura o próprio governo oferece para a questão ambiental, para viabilizar esses licenciamentos de forma consistente e mais rápida? Ela não existe. É só olharmos para a área fis-

cal para termos uma boa comparação. Compare a prioridade que se dá para a área de arrecadação. Não há nenhuma preocupação em estruturar bem a estrutura pública da questão ambiental para fazer com que essa dimensão do processo de desenvolvimento de modo geral funcione bem. Vamos pegar também a área da pesquisa, por exemplo, para o desenvolvimento da biodiversidade. Nós temos três institutos de pesquisa na Amazônia, pertencentes ao Ministério de Ciência e Tecnologia: o Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, que está em Manaus),¹ o Museu Paraense Emílio Goeldi (que está em Belém) e o Instituto Mamirauá (pequeno, localizado no alto do Solimões). Estes três institutos juntos recebem por ano 25 milhões de reais. Como contraponto, pegamos a Embrapa, que é uma instituição ultra importante e tem seis unidades na região. O orçamento é de 120 milhões por ano, ou seja, quatro vezes maior. Isso já sinaliza bem, sendo também uma senha de que o agronegócio é o mais importante, de que a pesquisa agropecuária deve estar funcionando bem, mas não aquela voltada para o desenvolvimento da biodiversidade.

IHU On-Line - Quais são as consequências dessa demissão para o agronegócio brasileiro?

Mario Menezes - As pessoas podem até ficar meio receosas de que agora o governo levou um susto. Realmente, Lula levou um susto, não esperava por essa e terá de responder para o pessoal lá fora. A primeira ministra da Alemanha, Angela Merkel, esteve aqui no Brasil na semana passada e disse para a imprensa, na coletiva internacional, que a saída da ministra Marina é um alerta para o mundo. Depois desse susto, é possível que Lula queira mostrar algum serviço. Como ele disse, a ministra saiu, mas a política ambiental continua. Num primeiro momento, o agronegócio pode ficar esperando para ver o que vai acontecer. A

1 Confira no sítio do IHU a entrevista “Usinas do Rio Madeira. Energia para exportar alumínio barato”, concedida por Philip Fearnside, pesquisador do Inpa. (Nota da IHU On-Line)

“Não é a saída da Marina que mostra que a coisa já vinha mal. A Marina pensava da seguinte maneira: ruim comigo, pior sem mim. A questão é: que perfil deve ter um ministro para resolver uma situação dessas? Não adianta ter perfil, por melhor que seja. Melhor do que ela ninguém vai encontrar. É uma questão de decisão do governo”

leitura que o agronegócio pode estar fazendo é a seguinte: “Olha, a ministra que pressionava caiu fora. Não temos mais esse obstáculo, esse empecilho”. O governo quer abrir a área, limpar o meio de campo para deixar eles avançarem. Além dessa possível leitura, há uma série de outras medidas que Lula tem tomado. Ele assinou, no último dia 27 de março, uma medida provisória que foi aprovada na câmara, por coincidência, no dia em que a ministra pediu demissão. Essa medida prevê que toda a área, toda a propriedade de até 1.500 hectares que não esteja regularizada, possa ser regularizada sem licitação. 1.500 hectares são mais ou menos 1.600 campos de futebol. Se eu chego lá na região e invado uma área dessas, expulso gente, se sou um grileiro, posso ter essa minha área regularizada “na boa”, sem concorrer com ninguém. Não é a saída da Marina que mostra que a coisa já vinha mal. A Marina pensava da seguinte maneira: ruim comigo, pior sem mim. A questão é: que perfil deve ter um ministro para resolver uma situação dessas? Não adianta ter perfil, por melhor que seja. Melhor do que ela ninguém vai encontrar. É uma questão de decisão do governo.

IHU On-Line - Como fica agora o debate em torno do etanol brasileiro?

Mario Menezes - Essa é uma questão importante. O maior interessado

no nosso etanol é a União Européia. Lula tem dito lá fora, o tempo todo, que quem quiser preservar a floresta precisa ajudar a bancar o custo de mantê-la, já que ela é de interesse planetário. Qual será o seu discurso agora, se ele nem sequer conseguiu manter no seu governo uma ministra amazônica e agora não tem mais nenhum ministro representando a região? Ele puxou uma pessoa que é da Mata Atlântica, que tem um perfil bom, como técnico e militante ambientalista, mas não o perfil que a ministra tinha. Qual é a leitura que um governo holandês, por exemplo, que tem interesse em importar etanol do Brasil, faz agora? Se já era preocupante antes, com a saída da ministra a preocupação é maior ainda. Isso é um alerta para o mundo; todos ficarão mais atentos. Qual é a qualidade dos produtos brasileiros? Não tratamos, aqui, apenas do etanol. Aqui, entra a produção de carne, de soja, de algodão etc. O mundo irá dobrar a atenção sobre nossos produtos. As consequências serão muito fortes. O elenco das exigências e restrições à importação dos produtos brasileiros com certeza irá crescer.

IHU On-Line - Por que foi tão difícil compreender e aceitar as idéias de Marina Silva e como o senhor avalia a forma como ela conduziu o ministério até então?

Mario Menezes - Aqui, a discussão

também tem duas vertentes. Uma é o olhar das pessoas de fora. A Marina foi uma espécie de “selo verde” no governo Lula, transmitido para o resto do mundo. E o governo se aproveitou tanto disso, a ponto de perder a ministra. Quando ele saía em suas viagens, nos grandes eventos internacionais, sobre mudanças climáticas, a Marina era o grande “machão” da história. Ela representava o país e era confiável, pois tinha, inclusive, carisma. Agora, se sinaliza para fora que o Brasil está disposto a trocar a floresta por commodities. A outra vertente é para dentro, e aqui aparecem algumas contradições na gestão da Marina. Na medida em que ela se deixou vencer em vários atos do governo, como eu já mencionei, ela possibilitou o governo avançar sem deixar de mostrar essa cara “verde” para fora. A Marina sempre foi muito fiel ao Lula e, do ponto de vista partidário, muito disciplinada. Esse apoio interno acabou sendo negativo. Quando foi para o ministério, Marina Silva levou consigo, mesmo sem querer, toda a capacidade de mobilização que os movimentos sociais têm. Em outros governos, como no FHC, por exemplo, a pressão dos movimentos sociais era tão grande que movimentava algumas coisas de forma interessante. Marina acabou neutralizando essas pressões internas dos movimentos sociais, que tinham muito pudor em criticá-la. Isso, de alguma forma, ajudou a política do governo Lula. Ele avançou tanto que deu no que deu. Com essa mudança, há a expectativa de que os movimentos sociais se mobilizem mais.

IHU On-Line - O que podemos esperar para o ministério do meio ambiente a partir de agora, com Carlos Minc?

Mario Menezes - Carlos Minc não tem o peso significativo para dizer o que irá acontecer de agora em diante. O que irá acontecer depende muito da disposição do governo, de como ele continuará orientando o processo de desenvolvimento do país. E o que ele tem mostrado até agora e a tendência que vemos pela frente é de que isso não muda, independente do ministro.

Invenção

Editoria de Poesia

Marco Lucchesi

POR ANDRÉ DICK

O poeta, ensaísta e tradutor Marco Lucchesi nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 1963. É professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Colégio do Brasil. Formado em História, pela UFF, tem doutorado em Ciência da Literatura, pela UFRJ, e pós-doutorado em Filosofia da Renascença na Universidade de Colônia, Alemanha. Publicou, entre outros livros, *Bizâncio* (Rio de Janeiro: Record, 1997), *Os olhos do deserto* (Rio de Janeiro: Record, 2000), *Poemas reunidos* (Rio de Janeiro: Record, 2000), *Sphera* (Rio de Janeiro: Record, 2003), *Meridiano celeste & bestiário* (Rio de Janeiro: Record, 2006) e *A memória de Ulisses* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006). Além disso, colabora com jornais como *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Folha de S. Paulo*.

Os poemas de Lucchesi se concentram, em parte, na estética do sublime, ou seja, embora ele apresente poemas sintéticos, o discurso busca se alçar a um divino, mesmo que este seja, às vezes, puramente lingüístico. Alguns de seus poemas lidam com essa procura, como “Bet”: “Somente / em Deus / / repousam / muitos rostos / / como se fora / a rosa / de uma rosa / / a se esconder / na rosa / de um rosa / / e assim *ad infinitum* / / que o nada / / só tem rosto / / de escamas e de espinhos”. Nele, podemos perceber a busca pela unidade divina e a reinterpretação lingüística de um fragmento poético de Gertrude Stein (“Uma rosa é uma rosa é uma rosa”). No poema “Ghimel”, escreve: “a dor / que aflige / a Deus / / (o rosto / dessa dor / embrionária) / / e assim / já não conheces / mais limites / / que o Todo / é apenas parte / / de nova contraparte / /

saudoso / de outro mal...”. Já em “A superfície do não”, encadeia uma sucessão de imagens apocalípticas: “corre pelos céus / vales e montanhas / a vasculhar ruínas de horizontes / nas tardes abrasadas onde queimam / arroios e correntes que não seguem / para o mar / / anjos ardem num céu em chamas / à procura de um semblante / com suas formas / de incêndio obstinadas / a sondar o curso do rio das estrelas / e os rumos ignorados da galáxia” — procurando, sempre, uma espécie de contato com o transcendente, a partir da idéia originária de infância, como vemos em Giorgio Agamben. Com isso, há um equilíbrio entre conhecimento literário — evidente na estrutura dos poemas — e uma espécie de misticismo, trabalhado com apuro verbal, trazendo não apenas a fragmentação de versos e palavras, mas a experimentação, com uma busca pela religiosidade, como no poema “A glória dos mortais”: “Cristo / nossa / páscoa / / foi / imolado / / e / res- / surgiu / para a glória / / de Israel / e das nações / / oh Fenix / do Tempo / / Cristo / nossa páscoa / / foi imolado / e res- / surgiu / das / cinzas / / ao Sol / de meio-dia / / a frente / clara / / os olhos / mádidos / de horizonte / / foi / imolado / / e / res- / surgiu / / das / cinzas / / para a / glória / / dos / mortais”. Em “A sós, em seu tormento”, Lucchesi segue no mesmo caminho: “Pouco / abaixo / do sono / de Deus / / cai a pele / das horas / / e a tarde / ensolarada / / livre / de papoulas”.

Desse modo, também há uma procura pelo Outro, num poema como “Reparação do abismo”: “No dorso / luminoso / da manhã / / procuro / / o espólio do teu canto / / e os nomes / alusivos / do segredo...”, o que

aproxima a poesia de Lucchesi à do poeta Rûmî, de quem traduziu poemas, em parceria com Faustino Teixeira, num livro intitulado *O canto da unidade: em torno da poética de Rûmî* (Rio de Janeiro: Fissus, 2007). Ambos concederam a entrevista “Rûmî: um dos místicos mais abertos à cortesia e hospitalidade inter-religiosas” para a **IHU On-Line** número 242. Lucchesi, além disso, concedeu a entrevista “Rûmî se utiliza do poder soberbo das metáforas”, na revista **IHU On-Line** número 222.

Utilizando essa visão religiosa, o poeta trabalha, igualmente, uma certa mitologia, em “Rosa” (“que o manto / que te adorna / não te engane: / / além / das águas frias / do horizonte / / flutua / o lenho triste / de Caronte”), aproximando-a do imaginário grego, como neste fragmento de “De rerum natura”: “Alheios ao destino / dos mortais / / além das nuvens / claras e sombrias / / vivem os deuses / raros nas alturas...”. Ou em “A contra-flor”, no qual lembra da “alma Vênus” e de uma “contra-flor / no jardim / das Hespérides”.

Por sua vez, em “Cantiga de amor”, Lucchesi retrata um encontro amoroso (com fundo transcendental): “Acima de nós / tudo é silêncio / / erram planetas / insones / / abismos / devoram estrelas / / lagos / de hidrogênio / se resfriam / / supernovas / cantam / como cisnes / / e o silêncio / revela / outro silêncio... / / olha para o céu / amada / / olha / e não diz nada”.

Lucchesi enviou, especialmente à **IHU On-Line**, um poema inédito, sem título, no qual busca uma autodefinição poética, por vezes bem-humorada e com fundo religioso.

Marco Lucchesi

é o nome

de uma nuvem

árdua pluriforme

ligeira

e imperscrutável

que se desmancha

na medida

em que se mostra

tão maleável

como

um serafim

tão

orgulhoso

como um paquiderme

um poço
estranho
mudo
e longilíneo
o medo para
fora e o grito
para dentro
marco lucchesi
nuvem
paquiderme
fera abismo
sem fundo
anjo da terra
monstro de
cega e cabal
contradição

Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu) de 12-05-2008 a 17-05-2008.

As nanotecnologias. Do presente ao futuro
Entrevista com João Antônio Zuffo

Confira nas Notícias do Dia 12-05-2008

As evoluções que ocorrerão entre os seres humanos no futuro, a partir do desenvolvimento das nanotecnologias, são analisadas pelo doutor em Engenharia nesta entrevista.

A tragédia da silvicultura em terra Guarani.
Entrevista com José Bassegio e Irmão Antonio Cechin

Confira nas Notícias do Dia 13-05-2008

“Essa Terra tem dono!”, disse Sepé Tiaraju. Antonio Cechin e José Bassegio analisam a expansão da silvicultura em terras indígenas no Rio Grande do Sul.

Política e violência. Onde os movimentos sociais devem estar?

Entrevista com Gabriel de Santis Feltran

Confira nas Notícias do Dia 14-05-2008

O doutor em Ciências Sociais explica, nesta entrevista, sua análise sobre a participação dos movimentos sociais na ressocialização de adolescentes a partir de uma luta discursiva.

‘Não podemos plantar indiscriminadamente eucalipto’.
Entrevista com Mauro Schumacher

Confira nas Notícias do Dia 15-05-2008

Para o professor, não podemos utilizar a Metade Norte do Rio Grande do Sul para plantar florestas exóticas, assim como não podemos preencher a Metade Sul com esse tipo de árvores.

Duas crises e o limite ecológico do mundo. Onde vamos parar?

Entrevista com Paul Singer

Confira nas Notícias do Dia 16-05-2008

O que devemos fazer diante dessas inúmeras crises ao qual o mundo está exposto? Para Singer, precisamos rever as formas de transporte que utilizamos, devemos diminuir o consumo de carne e repensar a forma como consumimos.

O que será do ambiente brasileiro?

Entrevista com Marcio Astrini

Confira nas Notícias do Dia 17-05-2008

Para o ambientalista, o governo Lula não conseguiu compreender ainda que a agenda ambiental faz parte da agenda de desenvolvimento do país.

Análise da Conjuntura

A Conjuntura da Semana está no ar. Confira no sítio do IHU - www.unisinos.br/ihu, no dia 13-05-2008

A análise é elaborada, pelos colegas do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT - com sede em Curitiba, PR, em fina sintonia com o IHU

acesse

www.unisinos.br/ihu



UNISINOS



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

Agenda da Semana

Confira os eventos dessa semana, realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU
(www.unisinos.br/ihu).

Dia 20-05-2008
<p><i>Cinema e Saúde Coletiva III: mulheres e seus múltiplos desafios</i> Exibição do filme Estamira, de Marcos Prado (2004) Debatedora: Profa. Dra. Maria de Fátima Bueno Fischer - Unisinos Horário: Das 19h15min às 22h Local: Sala 1G119 - Instituto Humanitas Unisinos - IHU</p>
Dia 21-05-2008
<p><i>Conversas sobre o Mundo do Trabalho e a Vida dos/das Trabalhadores/as: As políticas de trabalho, emprego e renda na região do Vale do Rio dos Sinos</i> Os Conselhos Municipais de trabalho, emprego e renda no Vale do Rio dos Sinos Horário: das 19h30min às 22h Local: Sala 1G 119 - Instituto Humanitas Unisinos - IHU</p>
Dia 26-05-2008
<p><i>Simpósio Internacional Uma sociedade pós-humana? Possibilidades e limites das nanotecnologias</i> 9h30min - Início do Credenciamento 17h - Abertura 17h30min - Sociedade Pós-Humana: fuga ou enfrentamento dos impasses sistêmicos - Prof. Dr. Gilberto Dupas - Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais - IEEI/SP 19h15min às 20h15min - Debate 20h15min às 21h30min - Confraternização</p>
Dia 26-05-2008
<p><i>Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia</i> A (anti) Filosofia de Karl Marx (Karl Marx, 1818-1883)</p>

VOCÊ JÁ IMAGINOU QUE ALGUM DIA FALARÍAMOS EM FUTURO PÓS-HUMANO? OU, ALGO MAIS SURPREENDENTE, QUE HOMENS E MÁQUINAS PODERIAM SER UM SÓ: HÍBRIDOS?



ESSA DISCUSSÃO ESTARÁ PRESENTE NAS CONFERÊNCIAS E MINI-CURSOS DO SIMPÓSIO INTERNACIONAL UMA SOCIEDADE PÓS-HUMANA? POSSIBILIDADES E LIMITES DAS NANOTECNOLOGIAS. O EVENTO ACONTECERÁ NA UNISINOS ENTRE OS DIAS 26 E 29 DE MAIO DESTE ANO. A PROGRAMAÇÃO COMPLETA DO ENCONTRO JÁ PODE SER CONFERIDA ATRAVÉS DO NOSSO SÍTIO WWW.UNISINOS.BR/IHU.

O limite entre a razão e a loucura: uma reflexão sobre o mundo de Estamira

“Estamira nos convida a uma interlocução direta com a experiência da loucura. Denuncia e fala dos nossos limites como sociedade”, afirma Maria de Fátima Bueno Fischer

POR BRUNA QUADROS

O documentário *Estamira* mostra a vida de uma mulher que encontrou no aterro sanitário do Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro, a sua fonte de subsistência. Mesmo considerada louca, seu devaneio revela as mazelas sociais do país, grandes verdades que distúrbios mentais permitem enxergar. “Vejo a loucura de Estamira como uma estratégia de sobrevivência na sociedade atual. Ela como sujeito não se deixa desaparecer, o que muitas vezes é feito com equipamentos, medicações com portadores de sofrimento psíquico, tornando-os sujeitos invisíveis e silenciosos, mudos.” A afirmação é da Profa. MS Maria de Fátima Bueno Fischer. Integrante do corpo docente da Unisinos, no curso de Psicologia, ela estará analisando e debatendo o documentário, dirigido por Marcos Prado. Em entrevista concedida por e-mail à revista **IHU On-Line**, ela comenta a postura de Estamira que, frente as suas dificuldades sociais, não se reduz à doença mental.

Maria de Fátima Bueno Fischer é psicóloga e mestre em Educação, com atuação profissional há 26 anos em saúde mental coletiva, focada no atendimento direto com portadores de sofrimento psíquico. Esteve na direção e implementação do primeiro serviço de saúde mental no paradigma da reforma psiquiátrica: Pensão Pública Nova Vida, criada em 1990 e onde trabalhou durante nove anos. Trata-se do primeiro serviço público de moradia no ideário da luta antimanicomial, substitutivo ao sistema manicomial. Também faz parte do Fórum Gaúcho de Saúde Mental, desde 1979, movimento social em defesa da reforma psiquiátrica no Brasil, hoje organizado como núcleos estaduais no país. Atualmente, trabalha na equipe do Residencial Terapêutico Morada Vião, é professora e supervisora de estágio na Unisinos e atua na Gestão do Conselho Regional de Psicologia.

ARQUIVO PESSOAL



IHU On-Line - Mesmo com distúrbios mentais, as reflexões de Estamira sobre a vida são, muitas vezes, reais, principalmente no que diz respeito à corrupção e religiosidade. Neste sentido, o que pode ser considerado como loucura, tendo em vista que é no “devaneio” que ela fala as verdades?

Maria de Fátima Bueno Fischer - Estamira nos convida a uma

interlocução direta com a experiência da loucura. Denuncia e fala dos nossos limites como sociedade. Ela demonstra uma enorme dignidade em sua loucura. O que nos falta, e ela no filme enuncia, nos convida para um encontro entre diferentes, loucos e não loucos na possibilidade de um outro discurso, num encontro possível.

IHU On-Line - Como você analisa o comportamento de Estamira, diante das suas condições de vida, e a sua percepção de mundo?

Maria de Fátima Bueno Fischer - O que vemos em Estamira é que ela, felizmente, não ficou reduzida às instituições manicomiais onde este encontro com a cidade que ela tem seria interditado, não acontecer. Temos várias Estamiras,

“Vejo a loucura de Estamira como uma estratégia de sobrevivência na sociedade atual. Ela como sujeito não se deixa desaparecer, o que muitas vezes é feito com equipamentos, medicações com portadores de sofrimento psíquico”

homens e mulheres aprisionadas em instituições totais (Goffman¹ e Foucault),² aos quais a subjetivação tem sido expropriada há séculos. O experimento dela com a cidade, e nas condições em que vive, é uma denúncia escancarada de um projeto de sociedade falida, de homens e mulheres silenciosos e dóceis organizados num modo de

1 Erving Goffman (1922-1982): sociólogo americano da chamada Escola de Chicago, cujas teorias se inspiravam no interacionismo simbólico. Autor de *Manicômios, prisões e conventos* (5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996). Édison Luis Gastaldo, professor na Unisinos, apresentou o livro *Erving Goffman: desbravador do cotidiano* (Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004), por ele organizado, no evento Sala de Leitura, promovido pelo IHU, em 17-08-2004. Sobre o evento, publicamos um artigo de Gastaldo na 111ª edição da IHU On-Line, de 16-08-2004. (Nota da IHU On-Line)

2 Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em duas edições a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: a edição 119, de 18-10-2004, e a edição 203, de 06-11-2006, ambas disponíveis para *download* na página do IHU. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault, que também foi tema da edição número 13 dos *Cadernos IHU em formação*. (Nota da IHU On-Line)

ser e estar “normalizados”. Ela, diferentemente, não se cala, fala a partir de um discurso não “normalizado” com uma organização própria, trazendo uma fala que nos assusta, pois, na realidade, está muito próxima de nós. Ela, sim, é uma militante da luta antimanicomial (movimento social de usuários e trabalhadores de saúde mental, que há 20 anos, no Brasil, tem como objetivo conquistar uma sociedade sem manicômios) sem sabê-lo. Ela resiste e reage, em seus gestos, atitudes e falas, a tudo que possa capturá-la para adequá-la à sociedade. As falas, seus gritos, seus palavrões, suas relações não são diferentes daquelas da maioria da população brasileira submetida a quaisquer formas de exclusão e de assujeitamento. O “saudável” dela, se pode-se assim dizer, é que ela é guerreira e resiste. E nisto é que ela nos denuncia, como disse anteriormente. Ela não se deixa capturar pelo discurso psiquiátrico, que é uma forma requintada de silenciar subjetividades e amordaçá-las.

IHU On-Line - Podemos dizer que Estamira se refugia na sua loucura para superar a sua realidade? De que outras formas a mente humana pode reagir, diante de situações como as vividas pela personagem?
Maria de Fátima Bueno Fischer
 - Vejo a loucura de Estamira como uma estratégia de sobrevivência na

sociedade atual. Ela como sujeito não se deixa desaparecer, o que muitas vezes é feito com equipamentos, medicações com portadores de sofrimento psíquico. E eu, como militante do movimento da luta antimanicomial e técnica-militante na construção de novos modos de cuidar, sinto-me convocada pela provocação de Estamira. O que ele despertou em mim, me desafiou, é o modo como lida com a complexidade da vida, da qual o sofrimento psíquico, sua loucura, não está fora, mas não se vê reduzida à doença. É uma experiência, como diria de resistência, de enfrentamento à normalização. É claro que também mostra a insuficiência dos novos modos de atenção em saúde mental (no filme, ela é assistida num CAPS, centro de atenção psicossocial, serviço que compõe a rede de atenção no paradigma da desinstitucionalização), mas vejo aí uma voz que fala de nossos limites, insuficiências no processo de substituição do modelo manicomial. Mas quem melhor do que ela para nos falar do que nos falta? Ela que experimenta, sofre, vive esta realidade? Acredito é neste encontro de complexas realidades em que nos fortaleçamos para aprendermos juntos usuários e trabalhadores, tecnologias cada vez mais complexas, como também são as exigências do humano hoje.

PARA SABER MAIS...

Dirigido por Marcos Prado, o documentário de 2004 conta a história de Estamira, uma mulher de 63 anos de idade, que sofre de distúrbios mentais e vive e trabalha há mais de 20 anos no Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, um local renegado pela sociedade, que recebe, diariamente, mais de oito mil toneladas de lixo produzido no Rio de Janeiro. Com um discurso eloqüente, filosófico e poético, a personagem central do documentário levanta, de forma íntima, questões de interesse global, como o destino do lixo produzido pelos habitantes de uma metrópole e os subterfúgios que a mente humana encontra para superar uma realidade insuportável de ser vivida. O documentário já ilustrou a editoria Filme da Semana, sob o título “As várias faces de Estamira”, escrito pela crítica de cinema, Neusa Barbosa. O conteúdo foi publicado na edição número 194 da revista IHU On-Line, intitulada: *A complexidade do cérebro. Bilhões de neurônios e células gliais*.

A realidade do mercado de trabalho no Vale do Sinos

Para Edialeda Stimamiglio, o momento é positivo, em relação à oferta de emprego na região

POR BRUNA QUADROS

Depois de ser referência nacional pela produtividade no setor calçadista, nas décadas de 1980 e 1990, o Vale dos Sinos, recentemente, viveu um momento de crise. Esta fase exigiu dos empresários da região uma mudança de paradigmas, que trouxe resultados significativos. De acordo com a coordenadora da Fundação Gaúcha de Trabalho e Ação Social (FGTAS) em São Leopoldo, Edialeda Stimamiglio, que estará discutindo a situação dos postos de trabalho e renda na região, no dia 21 de maio, no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, o Vale do Sinos mostrou a capacidade de reação, e um dos sinais disto é o expressivo crescimento da demanda por treinamento gerenciais na região, além da diversificação do mercado. “As indústrias passaram a investir em desenvolvimento do produto, construção de identidade da marca, aprimoramento logístico, enfim, inovaram para tornarem-se competitivas.”

Como consequência, hoje, a realidade do mercado de trabalho é outra. Edialeda destaca o momento positivo, em relação à oferta de emprego no Vale dos Sinos. “Dados do Caged (Cadastro Geral de Emprego e Desemprego) do Ministério do Trabalho e Emprego, relativos ao primeiro bimestre, apontam para o crescimento de postos de trabalho na região, sendo que São Leopoldo é um dos municípios com maior número de postos gerados no período. Hoje, as empresas de pequeno porte são as que mais oferecem vagas.” Segundo ela, este crescimento está relacionado ao bom desempenho das indústrias, que registra os melhores resultados desde 2000, com um crescimento de 11,4% em relação ao mesmo período de 2007.

Mesmo com o mercado de trabalho novamente em ascensão, ainda há barreiras a serem ultrapassadas na região do Vale dos Sinos. “A dificuldade que enfrenta-

mos no momento é a da falta de qualificação dos trabalhadores, principalmente nas áreas de serviços, seguida da área metal mecânica e da construção civil”, avalia Edialeda. Para ela, esta realidade exige uma atitude das entidades de classe e do poder público municipal, estadual e federal, com o aumento dos investimentos na qualificação e a requalificação dos trabalhadores desempregados, para assim atendermos às necessidades do mercado. “Outro desafio é oferecer aos trabalhadores desempregados e para os jovens que estão ingressando no mercado de trabalho o acesso a cursos de qualificação gratuitos.”

Resultados das Pesquisas de Emprego e Desemprego (PED) revelam o crescimento continuado do nível de ocupações por assentados, especialmente no aumento do contingente de trabalhadores assalariados, com carteira de trabalho assinado no setor privado, portanto com proteção social, o que diminui o trabalho informal. “Os trabalhadores que permanecem na informalidade são os que têm mais de 45 anos, que não concluíram o ensino fundamental e apresentam em seu histórico profissional alta rotatividade nos empregos anteriores. Para eles, a informalidade passa a ser o único caminho, já que estão fora das exigências do mercado de trabalho”, enfatiza Edialeda.

Sobre a redução da jornada diária de trabalho, sem redução de salários e o fim das horas extras, Edialeda acredita que seja uma medida significativa para minimizar o problema do desemprego no Brasil. “Devemos considerar, também, que a redução da jornada de trabalho trará vários benefícios para o trabalhador, como um tempo maior com a família, tempo para estudo e descanso, melhor desempenho profissional e, conseqüentemente, o aumento da produtividade no trabalho.”

Edialeda Stimamiglio é graduada em Serviço Social, pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Desde 2002, coordena a Fundação Gaúcha de Trabalho e Ação Social (FGTAS), em São Leopoldo, além de integrar a Comissão Municipal de Emprego e o Movimento Viva São Leopoldo, na coordenação do grupo temático Geração de Trabalho e Renda.

Perfil Popular

Vera Regina dos Santos

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

Nascida em agosto de 1948, Vera Regina dos Santos completará 60 anos em breve. Não parece. A disposição e a vaidade a fazem aparentar no máximo 40. A IHU On-Line ouviu a história e a rotina desta mulher de fibra, que vive para ajudar os outros e para sonhar. Acompanhe, a seguir, a experiência desta moradora da Vila Brás, de São Leopoldo, que, apesar das dificuldades, mantém a esperança em dias melhores.

Vera Regina dos Santos gosta mais de falar do seu dia-a-dia do que de contar sua história. No cotidiano repleto de atividades desta animada senhora, ela cita, primeiro, o trabalho que desenvolve na pastoral com as crianças há quase dois anos. Gosta também de contar que já participou da coordenação da mulher, de uma assembléia em Porto Alegre, e de um seminário realizado na Unisinos. “Até ganhei certificado”, conta, com orgulho. Vera afirma levantar cedo todos os dias. Ela tem seis cachorros, seis galinhas, os filhos e ainda está disponível para ajudar quem bater na porta da sua casa. “Eu sou muito assim: se vou na tua casa e vejo que tu tá passando fome, ou precisa de um chá, eu ajudo.”

O principal sustento da família vem de uma pequena fruteira. Pela manhã, Vera vende panos de prato, lingerie e

ainda ajuda uma das filhas, que é revendedora do Avon. Por volta das 11 horas, lá está Vera, fazendo o almoço, tudo no fogão à lenha. À tarde, de segunda à sexta-feira, ela participa do Grupo de Mulheres da Vila Brás, fazendo peças de artesanato que depois auxiliam no final do mês. Na casa de Vera, vivem hoje sete pessoas. E a renda para sustentar essa família é de R\$ 400,00 a R\$ 500,00 mensais, somando com o que os filhos trazem.

Faz cinco anos que Vera Regina ficou viúva, mas não conseguiu encaminhar a pensão do falecido marido para ela. “Perdi ele muito cedo, com 52 anos. Ele vivia pescando, levava meus filhos para passear”, lembra. “Meu marido sempre ensinou nossos filhos a nunca beber, fumar ou roubar. É uma herança que eu deixo pra vocês, ele dizia. E pedia para os filhos não repetirem os mesmos erros que o pai.” No dia 10

de maio (dia das mães), Vera realizou um sonho: conhecer o projeto da Vila dos Tocos¹ em São Leopoldo, que ouvia falar muito. “Eu e meus filhos fomos. A pé. Foi muito lindo. Todos os domingos eu faço minha caminhada. E adoro.”

Uma mãe de mão cheia

Vera tem o estereótipo da mãe

¹ A Vila dos Tocos, também conhecida como Vila Progresso, está localizada no bairro Rio dos Sinos, em São Leopoldo. Através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Inclusão Social, da Prefeitura de São Leopoldo, são desenvolvidos vários projetos sociais, como o programa de Auxílio Solidário, cujo objetivo é auxiliar na transferência de renda, associada a um processo de educação cidadã e embelezamento da cidade e o Projeto Hortas Comunitárias (que iniciou em maio deste ano, destinado prioritariamente a famílias integrantes do Programa Bolsa Família, objetivando formação e participação no desenvolvimento de uma horta comunitária na região em questão, além do desenvolvimento da comunidade). (Nota da IHU On-Line)

FOTOS PATRICIA FACHIN





amorosa e que não sabe dizer não. Além dos filhos biológicos, ela ajudou a criar outras crianças, que também considera como filhos. No total, ela tem um filho com 27 anos, o Sérgio, uma filha de 30, a Cristiane, que está fazendo curso de Enfermagem, a Michele, que tem 29, o Felipe, com 18, e o Lucas, com 16 anos, que ainda estuda. Há também outro rapaz, que mora em Santa Catarina – “é um guri bom e tem um negócio que ele manda e desmanda” –, uma menina, que está em São Paulo, e tem um negócio de artesanato, a Jordana, de 9 anos, e mais um outro, que está em Porto Alegre, no momento muito doente, com 29. Além deles, Vera tem ainda três netos. Ela garante que sua vida é resumida ao cuidado com os filhos. Também não é difícil de imaginar.

Ela lamenta não ter mais parentes. Os pais são do município de Dois Irmãos. “Meu pai foi padeiro por muitos anos. Ele criou eu e minhas duas irmãs dentro da padaria, trabalhando com ele. Minha mãe era costureira e morreu há nove anos.” Da infância, ela lembra das velhas amizades. Sempre morou em São Leopoldo: antigamente no bairro Feitoria, hoje na Vila Brás. “Pra mim é um lugar bom.” Ela ainda

se declara amante da natureza. “Nunca vi um filho meu matar um passarinho ou judiar de um gato, nem de cachorro.” Vera gosta muito de música e é muito vaidosa. “Faço as unhas todo o final de semana.”

Sonhos e fé

Se tem algo que Vera tem sobrando e ninguém tira dela são os sonhos. Alguns ela já realizou, como o de conhecer a Churrascaria Querência, de São Leopoldo, onde almoçou com o grupo da Unisinos, quando fez o seminário. “Tenho ainda o sonho de conhecer toda a Unisinos. Quem sabe, né?”. No entanto, o grande sonho de Vera é ganhar na loteria, para construir a sua casa e poder ajudar as pessoas ainda mais. “Não sou rica, não tenho nada dentro de casa, quase tudo é caquinho. Mas é bem organizado, bem limpinho. Na minha cama de noite eu boto um talco. Não tem luxo. Mas pretendo ter uma casa de dois andares, é meu sonho. E ter sempre para distribuir sacolas de rancho e outras sacolas de R\$ 500,00.” Uma das maiores esperanças de Vera é um dia ir para Roma conhecer o Papa. “Sou católica e faço muita oração pelas pessoas doentes. Tenho muita fé. Tenho uma mesinha velha onde tenho meus santinhos todos. São uns 40 mais

“É sagrado. Eu alevanto de manhã, tomo meu banho, troco a roupa e já me sento pra ler o jornal e tomar meu mate doce.”

ou menos. De manhã eu alevanto, dou um beijo no meu rosário que está no lado da minha cama, e passo a mão nos santinhos”, descreve.

É preciso estar informada

Para não ficar por fora dos acontecimentos, Vera Regina compra a revista *Viva+* e a *Ana Maria*. “Essas duas revistas eu não perco pra estar informada.” Assim é também com os jornais *Diário Gaúcho* e *VS*. “É sagrado. Eu alevanto de manhã, tomo meu banho, troco a roupa e já me sento pra ler o jornal e tomar meu mate doce.” Mesmo tendo estudado somente até a quinta série do ensino fundamental, Vera diz que gosta de estar no meio das pessoas, para aprender. “Saber nunca é demais e ninguém nasce sabendo.”

IHU Repórter

Marcelo Garcia dos Santos

POR BRUNA QUADROS

Ao contrário de quem busca transmitir conhecimento em sala de aula, Marcelo Santos encontrou outra alternativa para ensinar a arte a qual se dedicou a estudar: o jornalismo. Há oito anos, ele atua na Agência Experimental de Comunicação da Unisinos (AgexCom). Em entrevista à revista **IHU On-Line**, em seu ambiente de trabalho, ele conta que, na AgexCom, percebe um grande aprendizado nos alunos. “É uma semente que plantamos e vai ficar para o resto da vida na pessoa.” Aos 29 anos de idade, ele ainda carrega um hobby de criança, mas que fascina jovens e adultos: jogar videogame. Confira, a seguir, a entrevista:

Origens - Toda a minha família é de Tubarão, em Santa Catarina. Tenho um irmão, que é quatro anos mais novo do que eu, que tenho 29. Meu pai tem formação em Metalurgia. Quando eu ainda era criança, surgiu uma vaga para ele trabalhar em Charqueadas. Nos mudamos. Quando tinha seis anos, a firma entrou em crise e demitiu os funcionários. O meu pai conseguiu uma vaga em uma metalúrgica de Gravataí. Desde então, moramos lá.

Infância - Minha infância foi em Gravataí. Eu brincava muito com os meus amigos, jogava futebol, brincava de esconder, de guerrinha, andava de bicicleta.

Valores - O que eles me ensinaram e que procuro seguir sempre é ser

uma pessoa correta. Sou uma pessoa que não sabe mentir. Isso eu herdei dos meus pais, que prezam muito pela franqueza.

Estudos - Gostava de estudar, mas nunca fui um “Einstein”. Nunca tive reprovação. Gostava mais das matérias ligadas às humanas. Fiz o segundo grau técnico em eletrônica. Mas, até hoje, não consertei nada. Prestei vestibular na UFRGS e na Unisinos para Jornalismo, e passei na Unisinos. Desde a 6ª série, no colégio, tinha a inclinação pelo Jornalismo. Nesse período, fiz um jornalzinho para a turma, na máquina de escrever. A partir disso, passei a entender que eu gostava mesmo de jornalismo. Realmente, decidi quando fiz um curso de Page-Maker, um software especial para fazer jornais e revistas. Assim que eu terminei

o curso, já apareceu uma vaga para trabalho, em Gravataí.

Graduação e experiências profissionais - Entrei na Unisinos em 1997 e me formei em 2001. Desde 1994, eu já trabalhava na área de computação gráfica e editoração. Sempre trabalhei em jornais de cidades do interior como diagramador. Já trabalhei em redações de jornal, como o jornal *Correio de Gravataí*, *Jornal Daqui*, *Jornal de Cachoeirinha*, e em gráfica. Durante o curso na Unisinos, tive a experiência de um ano de estágio na Rádio Gaúcha. Quando faltava um ano para eu me formar, a AgexCom abriu seleção para estagiários. Passei na seleção e fiquei como estagiário durante seis meses. No meio do ano 2000, surgiu a vaga para funcionário



BRUNA QUADROS